



MANDATO 2021-2025

QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA

ATA Nº8

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da Penha de França em Sessão Ordinária, no Salão da Igreja Paroquial de São Francisco de Assis, sob a presidência de Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, coadjuvada pelo Primeiro Secretário João Carlos Ventura Ramos, e pela Segunda Secretária, Elsa Maria Noura do Sacramento.-----

Estiveram presentes, para além dos já mencionados, os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia: -----

Pelo Partido Socialista (PS): -----

António Neira Nunes, António Manuel Chagas Batista Dias, António Miranda de Matos, e Rui Rodrigues Branco; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): -----

Idália Maria Tiago Custódio, Ana Sofia Moutinho Calado e Emília Correia Romão Ribeiro Nunes; -----

Pelo Partido do Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP): -----

Sofia Rita dos Santos Peralta Félix Teixeira e Joana de Melo Carvalho e Oliveira Costa; -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD): -----

Maria de Lourdes Dionísio Duarte Borges e Maria Cristina Martins Rodrigues; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): -----

Rui Emanuel Antunes de Seixas e Maria Maçaroco Marreiros; -----

Pelo Livre: -----

João Filipe Lourenço Monteiro; -----

Pelo Chega: -----

Ana Maria Dias Alves; -----

Pelo Pessoas-Animais-Natureza (PAN): -----

Elisabete Cristina Sanz Silva da Cunha Alcobia Claro; -----



Presidente da Mesa da Assembleia: Boa noite a todos. Senhora Presidente, e na sua pessoa cumprimento todos os Membros do Executivo, senhoras e senhores Deputados. -

Temos alguns pedidos de suspensão. Do Partido Socialista a senhora Deputada Maria Luíza Valente é substituída pelo senhor Deputado António Chagas, que já tomou posse noutra Assembleia, o senhor Deputado José Ferreira é substituído pelo senhor Deputado António Miranda Matos, e a senhora Deputada Eugénia Colaço é substituída pelo Senhor Deputado Rui Rodrigues Branco. Da CDU, o senhor Deputado Gonçalo Gomes é substituído pela senhora Deputada Emília Correia Romão Ribeiro. Do CDS-PP, o Senhor Deputado Pedro Cardoso é substituído pela senhora Deputada Joana Oliveira Costa, que também já tomou posse noutra reunião da Assembleia. Do PSD o senhor Deputado Ronaldo Caldinhas, é substituído pela senhora Dona Maria Cristina Martins Rodrigues. Do Chega, o senhor Deputado Luís Matias é substituído pela senhora Deputada Ana Maria Dias Alves, mas já tomou posse noutra Assembleia. Vamos então dar início à nossa Sessão, lembrando que esta Sessão está a ser transmitida em direto no canal do YouTube da Junta de Freguesia da Penha de França. -----

----- **PONTO NÚMERO UM** -----

Intervenção do Público

Presidente da Mesa da Assembleia: Temos quatro inscrições do Público e recorde que cada elemento do público tem 5 minutos para a sua intervenção. E assim vamos começar, senhor Jorge Manuel Neves. -----

Jorge Manuel Neves: Boa noite a todos. Quero cumprimentar os Membros das desta Assembleia, o Executivo e, por fim, a Senhora Presidente desta Assembleia e os respetivos membros. O que me traz aqui são, primeiro lugar, hoje recebi um telefonema, qual é o meu espanto, do assessor da Senhora Presidente por causa de um mail que eu mandei em 17 de setembro por causa da piscina. Que é uma questão que eu pus dias antes da anterior Assembleia, que foi dia 19, talvez de setembro ou coisa assim no género, e as respostas não foram dadas porque houve aquele problema da senhora Deputada do PS que teve aqui e que foi a sessão foi interrompida. Hoje, qual é o meu espanto, tenho o telefonema a perguntar se me tinham respondido à minha questão, que eu fiz do meu mail.

Pois a questão que eu fiz, que eu mandei também, que eu trago até aqui os mails e tenho aqui a resposta que hoje me foi enviada, e também mandei para o Senhor João Valente que o diretor responsável pela piscina. Eu vou ler rapidamente o mail que eu enviei nesta data e diz assim: “caso me possa informar, gostaria de saber quantos alunos estão inscritos nas aulas de hidroginástica terça e quinta-feira, das 19h15, às 20h00. Na passada terça-feira, contei 25 utentes e ainda faltaram 3. Verifico que não há espaço para tantos utentes, temos que andar em cima uns dos outros, o que não é aconselhável. Após o término da aula, quando nos dirigimos para o balneário masculino, verifiquei que estavam dezassete homens para tomar banho, havendo só 6 cabines individuais. Sugeriria que o balneário dos homens, do segundo andar, pudesse ser utilizado nesta aula. Verifico também que entre as aulas não há limpeza no balneário masculino, assim como o exaustor não está a funcionar. Tomamos banho e fazemos sauna ao mesmo tempo. A plataforma elevatória continua sem funcionar, um utente ou um visitante com dificuldade de mobilidade não tem acesso ao primeiro andar. Recordo está avariado desde janeiro de 2021. Já vai sendo tempo de haver uma solução”. Isto foi no dia 17 de setembro. Hoje, qual é o meu espanto, recebo a resposta, em parte, à minha questão. A Senhora Presidente só me responde “na sequência da sua intervenção, do Senhor Jorge Neves na 4ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia da Penha de França, venho por este meio informar que a questão da sobrelotação do balneário masculino foi corrigida através de um pequeno desfazamento no horário das aulas, introduzido no início de novembro”. Isso é verdade, verificou-se, mas também se verificou que as pessoas deixaram de ir à piscina porque há outro problema mais grave, é que a água está fria. A água, para mim, eu que até sou bastante encalorado, mas acho água fria e as pessoas todas se queixam e as pessoas estão a deixar de ir à piscina, a pagar a piscina, porque a água está fria. -----

Isto é uma situação, em relação, mas temos outra piscina. Esta piscina é uma piscina de frente. É uma piscina que não podemos andar lá mergulhar, mas esta piscina já eu falei, ainda era eu autarca, falei várias vezes e é na Rua da Penha de França, em frente no nº120, em que chove, não há sarjetas. Quando fizeram o alcatroamento e desentupimento dos esgotos daquela daquele troço, as pessoas espertas, engenheiros espertos da nossa Câmara, à essa altura, eliminaram as sarjetas todas, tanto que foram os mesmos que

eliminaram as sarjetas junto à Nuno Gonçalves e viu-se, passados uns tempos, houve umas chuvas grandes e houve inundações, que eu até próprio publiquei no Facebook, assim como publiquei também no Facebook, quando há 3-4 anos, eu não posso precisar, só vendo agora, eu também publiquei no Facebook essas cheias. Ainda mesmo anteontem eu mandei uma fotografia, e tenho aqui, que ainda lá havia água. Então se existe os sumidouros ou as sarjetas para a água escoar, porque é que, eu agora passei agora por lá, andei a analisar, a ver naquela zona e não vejo nenhuma sarjeta para a água escoar. Claro que a água que eu mandei essa fotografia, evaporou-se, hoje já lá não estava essa água. -

Outra situação é a higiene urbana. A higiene urbana nesta Freguesia cada vez está pior. Eu vou muitas vezes ali à Igreja da Penha de França, sim senhor, dizem-me “estão lá obras”, sim senhora que estão lá obras que eu ainda bem que vai lá haver obras porque os carros quando desciam, da Polícia, do Largo da Penha de França batiam todos que ali a árvore fazia um levantamento e os carros batiam todos ali. Eu próprio, na semana passada, se eu não me equilíbrio e se não ia ao lado da outra pessoa e me agarro, eu caía no chão porque as folhas, sim senhora caíram, mas ainda não houve limpeza naquele sítio e é uma zona que as pessoas frequentam, poucas vão à missa e há ali os escuteiros ali, têm atividades ao sábado e não há limpeza nenhuma. As ervas predominam pela Freguesia, toda. As ruas cheiram mal. Eu gostava de saber, eu não estou a pôr em causa, eu gostava de saber o que é que a Câmara manda dinheiro para a Junta, porque nos protocolos que faz de higiene urbana, onde é que esse dinheiro é gasto? É desviado, não sei onde é que eu gostava de saber e gostava que, as questões que eu ponho aqui, que me fosse, a Senhora Presidente tem o meu mail ou através a da Assembleia, responde... ----

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhor Jorge Manuel... -----

Jorge Manuel Neves: Eu estou a acabar, estou no final, que me respondam porque acho que todas as questões que são que levantadas por fregueses devem ter uma resposta. As pessoas não vêm aqui só por vir, só por vir, por andar. Pronto. Era só isso. Quero aproveitar também, desejar um Bom Natal a todas e todos estes membros da Assembleia, assim como ao Executivo e ao Presidente, um Bom Natal e um próximo ano que seja melhor que este ano. Boa tarde. Boa noite e obrigado. -----



Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigado senhor José Manuel Neves. Tem agora a palavra a senhora Dona Maria Inês Dias Chasqueira Cardoso. Faz favor. -----

Maria Inês Chasqueira Cardoso: Boa noite. Previamente, quero mostrar meu agrado pelo facto de a Assembleia se reunir aqui no Bairro Lopes, só tem, isto é uma private, só tem uma coisa ligeiramente negativa. Eu penso que os moradores esta noite vão ter alguma dificuldade em estacionar. -----

Portanto, eu venho é por mim enquanto membro, em nome dos vizinhos de São João. Venho reportar situações de danos provocados pelas condições climatéricas extremas das últimas semanas na nossa Freguesia, que chegaram ao nosso conhecimento e das quais algumas temos conhecimento de facto. Eu trazia umas fotografias, mas não sabia que não era possível, que era preciso avisar com antecedência. Sem prejuízo de esta Assembleia já ter conhecimento das mesmas, venho fazê-lo porque nos canais da Junta, entenda-se o site, não foi dado a conhecer a existência de situações de danos ou avisos de corte de luz ou de cortes de estradas. Assim, elenco os seguinte danos e cortes de iluminação ou estradas, infiltrações de água nas instalações da escola Nuno Gonçalves, corte de luz na Rua António Gonçalves, a que vai para as Olaias desde a Paiva Couceiro, sem luz há vários dias, hoje ainda está sem luz, cortes de vias, Estrada de Chelas cortada na Rua Gualdim Pais, parte da Freguesia da Penha de França. Buracos vários no pavimento, algum já localizado pela Penha de França, pela Freguesia, por exemplo, na Rua Dom Domingos Jardo, queda de coberturas na Azinhaga do Varejão. Tendo em conta a eventual existência de outros que possam afetar, de outros anos, que possam afetar diretamente os moradores, crimes, saber se está previsto algum tipo de ajudas a que os moderadores possam recorrer e como e onde se devem dirigir para a sua solicitação. ----

Relacionado com o tema destes eventos climatéricos e no que respeita à prevenção dos danos provocados pelos mesmos, trazemos a colação a divisão de tarefas entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, no que respeita à higiene urbana, nomeadamente lixo que está por levantar junto aos pontos de recolha seletiva, ruas que necessitam de varredura, sarjetas por desentupir, entendemos que isto são tarefas da Junta. -----

Por fim, e a título de outros assuntos que eu tinha identificado na minha inscrição, aproveito para apresentar uma proposta de viabilização de estacionamento na Parada do

Alto São João durante o horário noturno. Existe uma praça de táxis, frente ao cemitério, praça essa que por norma está sempre vazia. A minha proposta é a seguinte, à semelhança de uma praça de táxis que existe na Rua de Santa Marta, quase em frente ao hospital, por que não porque não aplicar o mesmo exemplo aqui no cemitério? Esta praça, na Rua de Santa Marta, só está condicionada aos táxis desde as 9 horas da manhã até às 18 ou 19 horas. Porque não aplicar o mesmo exemplo? São pelo menos uns 3-4 lugares que estão ali. -----

Não entendam agora a minha próxima proposta como ofensiva. Existem, penso 2 lugares de estacionamento de deficientes no Largo da Parada. Estes 2 lugares, pelo menos um tenho a certeza porque é quase baixo da minha janela, desde que foram assignados a deficientes estão vazios 24 horas por dia. Vazios. Eu não sei se estes lugares têm a ver com o acesso ao cemitério, mas por que não aproveitar realmente essa praça de táxis que está sempre vazia para colocar lá o lugar de deficiente? Aliás, é mais perto do cemitério, até. Eu sei que é muito pouco 1-2 lugares, mas faz sempre diferença. Já ultrapassei o tempo, ou não? Ah, não, um minuto, posso falar à vontade. -----

Aproveito também para recordar 2 propostas que fiz numa anterior Assembleia em que estive presente no Largo da Parada, são 4 lugares de estacionamento que podiam ser estacionamento, mas que dão acesso, um deles a uma rua por onde passava o elétrico que só lá está desenhada, mais nada, porque não passa elétrico, não passam carros, porque não aproveitar esses lugares para estacionamento e do outro lado, simetricamente, existem também 2 assim que dão acesso a umas uma rua por trás, mas que é possível entrar por outro lado, por que não também aproveitar esses lugares? Pronto, eu acho que fui muito sintética, demasiado, e é esta a minha apresentação. Eu não sei se posso fazer esta solicitação aqui na Assembleia ou a quem é que me posso dirigir? Está bem, obrigada. E Boas Festas. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Dona Maria Inês. E tem agora a palavra a senhora Dona Lurdes de Fátima Duarte Machado. -----

Lurdes de Fátima Duarte Machado: Boa noite, Excelentíssima Senhora Presidente da Junta, Presidente da Mesa, todos os eleitos e público presentes. Falo em nome dos Vizinhos de São João sobre a recolha seletiva porta a porta, que foi divulgada no

Facebook da Junta de Freguesia da Penha de França, no dia 24 de novembro com o objetivo de cumprir as metas da União Europeia. Porém, os Vizinhos do São João foram esquecidos, pois nessa divulgação do dia 24 não refere nenhuma rua de São João que seria beneficiada com a recolha. Na nossa opinião, esse projeto não foi devidamente explicado e acreditamos que a grande maioria dos moradores nem tenha conhecimento do assunto. No folheto entregue nas caixas de correio, referem, pronto, acho que todos devem ter, não é? No folheto entregue nas de caixas correio referem os contentores de tampa, amarela e azul. Mas no meu prédio eu ainda não os vi, portanto, quando serão entregues os contentores nos prédios onde não há casa de lixo mal, há espaço para os contentores de lixo indiferenciado, onde serão colocados mais 2 contentores? Como a recolha do lixo indiferenciado passou a ser 3 vezes por semana, significa que o lixo deve ficar dentro do pouco espaço existente, onde os moradores ficarão sujeitos ao mau cheiro, insetos e ao acúmulo de lixo. Qual seria a solução para este problema? -----

Outro problema é que vários contentores já foram removidos das ruas, só permanecem os vidrões em lugares pouco adequados, por exemplo, ocupando vagas de estacionamento. Se os contentores foram removidos qual é a solução para os prédios que não têm local para armazenar os contentores? Quando eu me refiro aos contentores são os contentores grandes de rua e os contentores pequenos dos prédios, que não têm local para armazenar os contentores, onde os moradores devem depositar o lixo seletivo? A recolha do lixo indiferenciado deve voltar a ser diária e não somente 3 vezes por semana, porque o lixo e o mau cheiro se acumulam e os contentores ficam muito sujos. De quem é responsabilidade em lavá-los? As eco-ilhas são um projeto malsucedido, o lixo, mau cheiro e sujeira são constantes, portanto, não há nada de ecológico. De quem é a responsabilidade pelo acúmulo de lixo? Os contentores só deveriam ser removidos após um período de adaptação de maior conhecimento pelos moradores. É um projeto positivo, mas há muitos aspetos a serem resolvidos para que seja bem-sucedido. Obrigada, boa noite e bom Natal. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Dona Lurdes de Fátima. Tem agora a palavra senhora Dona Sandra Campos. -----



Sandra Campos: Boa noite, Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Sofia Dias, boa noite Senhora Presidente de Mesa, boa noite todos os eleitos presentes e público presente. Venho falar em meu nome, e em nome do Grupo dos Vizinhos de São João, para partilhar convosco um facto que nos alegra, que é o seguinte, a cidadania participativa é cada vez mais o futuro das democracias europeias e, de facto, temos constatado com agrado o aumento do entendimento, da importância da cidadania participativa por parte dos eleitos do Poder Local. No entanto, temos, por exemplo, a situação de hoje em que todos trouxemos fotografias e vídeos bastante demonstrativos das situações da higiene urbana, das situações das cheias, das situações do lixo em específico e pedimos ao vosso técnico ali das gravações e não nos foi autorizado entregar a pen para que o Executivo pudesse ver os problemas, portanto, fazemos votos para que 2023 faça com que esta interação entre o poder participativo e o poder Executivo aumente e melhore e se torne mais produtivo. Assim, gostaria de deixar um agradecimento pela participação crescente dos moradores da Freguesia da Penha de França, com especial obrigada aos moradores do grupo de vizinhos de São João, alguns dos quais estão aqui presentes hoje e que empenham o seu tempo pessoal e o seu esforço pessoal em prol do bem comum. Muito obrigada e bom Natal a todos. Obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Dona Sandra. Passamos agora ao segundo ponto da ordem de trabalhos, que é o período antes da ordem do dia e que começa com a votação. Senhora Presidente quer usar da palavra? -----

Presidente da Junta de Freguesia: Muito obrigada. Boa noite a todos. Boa noite, Senhora Presidente e a todos os Membros da Assembleia e boa noite aos senhores. -----

Sandra Campos: Eu peço imensa desculpa, falta uma pessoa do público falar. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhora Dona Sandra, eu tenho as inscrições e estou a seguir as inscrições. -----

Sandra Campos: Com certeza. Muito obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Se a pessoa, não está aqui o nome é porque a pessoa não se inscreveu. A ninguém aqui é cortada a palavra desde que a pessoa se tem escrito. Muito obrigada. Senhora Presidente da Junta. -----



Presidente da Junta de Freguesia: Muito obrigada Senhora Presidente. Longe de mim a ideia de cortar a palavra a quem quer que fosse e, portanto, muito boa noite aos senhores membros do público e que participaram e intervieram. -----

Queria começar por responder ao senhor morador Jorge Neves, como bem sabe, de facto, em primeiro lugar, a situação foi resolvida, a situação que relata. Aliás, falámos com mais pessoas, ou por outra, mais pessoas falaram connosco e procedeu-se ao desfasamento que essa foi a principal reclamação que trouxe, e bem, que havia de facto alguma acumulação, dado o sucesso das aulas de hidroginástica, de facto havia ali uma certa acumulação e pôde-se operar o desfasamento entre as aulas e permitir que houvesse menos acumulação de pessoas e, portanto, desse ponto de vista, o problema está sanado. Tanto quando me recordo, e como se recordará também, essa sessão da Assembleia foi suspensa, quando retomámos os trabalhos, voltou a intervir porque estava no uso da palavra quando foi a suspensão e justamente porque já tinha apresentado um mail e falámos sobre isso, creio que são essas suas palavras, só não afirmo porque a Ata, infelizmente, não está concluída, que de facto considerava que a resposta estava dada. Não obstante, eu pedi aos serviços da Junta que confirmassem consigo se estava ou não estava, porque se não estivesse, faríamos essa resposta por escrito e, portanto, foi essa a razão pela qual foi dada a resposta que já tinha sido dada em Assembleia. E foi, aliás, virá quando confirmar o que disse na altura, mas o mais importante não é isso. O importante de fato é que o problema foi resolvido e agradeço-lhe o facto de ter trazido o assunto na altura. -----

Relativamente às questões da temperatura, eu creio que houve uma descida de 1° da temperatura da água da piscina e que tem a ver com medidas que estão a ser recomendadas pelo Governo ao Poder Local no sentido de adotar poupança energética. É 1° que que pensamos nós individualmente, será menos mau, custará menos as pessoas esse esse grau, comparativamente com a poupança energética que permite, mas ainda não é uma solução definitiva, ou seja, há várias soluções que estão a ser pensadas, inclusivamente as pessoas deixarem de tomar banho, irem tomar banho a casa. Tudo isto está dependente da evolução da situação da conjuntura internacional, mas tomo devida nota disso. Nós fazemos reuniões periódicas com os utilizadores da piscina, acabámos de ter reuniões

com os pais das crianças que frequentam a piscina, que são quem nos preocupa mais deste ponto de vista, relativamente à questão da do impacto da temperatura da água, e, portanto, estamos a acompanhar este tema e, portanto, não é uma decisão definitiva, não há aqui há alterações, registo que a sua opinião é de que a água está fria, não é a opinião da generalidade dos utilizadores da piscina, no entanto, isto diria eu que este é um assunto que continua a ser a monitorizado por nós. -----

Relativamente à questão da rua da Penha de França, como sabe, esta é uma questão de saneamento e, portanto, já há muito tempo que essa questão está sinalizada e pedida intervenção à Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, como sabe a situação não é nova, já falámos sobre ela muitas vezes, temos a informação de que a empreitada, a contratação da nova empreitada do saneamento está para breve. Esteve durante muito tempo neste novo mandato, ainda por acontecer e, portanto, esperamos que este problema venha a ser brevemente resolvido. -----

Relativamente às questões que coloca sobre as chuvas e sobre as ervas. Bom, como sabe, em termos de higiene urbana, com a quantidade de água que tem caído, as ruas estão limpas, estão lavadas, porque naturalmente está a chover. Também porque chove caem mais folhas, não é? Nesta altura, isso acontece por força da queda da folha natural e por força também acrescidamente da queda das folhas. Nós limpamos consecutivamente, mas elas também vão caindo sempre mais e, portanto, este é um esforço diário permanente, mas que nunca tem fim e, portanto, nunca nesta altura do ano, alguma vez não vai haver folhas e, sobretudo, folhas escorregadias, que são aquelas de que se queixa e com toda a razão, assim como estas chuvas intermitentes também não ajudam a questão das ervas. Como sabem, mas se calhar vale sempre a pena relembrar, a opção que foi tomada, deixar de usar venenos, deixar de usar produtos tóxicos que eram tóxicos não só para as pessoas, mas também para os lençóis freáticos e, portanto, até hoje não se encontrou um método que fosse melhor do que esse, no sentido de manter as ervas por crescer durante muito tempo, portanto, a deservagem mecânica que nós passámos a fazer desde então, não só consome muito mais mão-de-obra, como tem uma durabilidade muito inferior e, portanto, estamos sempre neste problema que é de difícil resolução, tendo presente que o bem maior que estamos a preservar é o facto de não estarmos a utilizar venenos que eram prejudiciais,

sobretudo às crianças que mexem no chão, que vão aos parques infantis, aos animais domésticos, animais de estimação e aos próprios lençóis freáticos e, portanto, ainda não se encontrou uma fórmula, uma bala de prata, que resolvesse este problema. Portanto, vamos ter sempre de conviver com ele. Vamos sempre tentando novas soluções, mas já se tentou água a ferver, água com pressão quente, o sal, vários métodos, mas nenhum método é suficientemente potente, poderoso, como era como era o glifosato e, portanto, enfim vamos nos esforçando, mas diria eu que, creio eu, estando todos de acordo que não devemos usar venenos, temos também que ter mais alguma tolerância para com este problema que não se vai resolver tão depressa. -----

Relativamente à questão da Assembleia de Freguesia, com muito gosto que conseguimos passar a fazer a Assembleia de Freguesia aqui neste Salão Paroquial, numa igreja que foi construída com a colaboração da antiga Junta de Freguesia de São João e, portanto, foi com muito gosto que passámos a estar aqui. Lamentamos o facto de a Junta de Freguesia não ter instalações que permitam à Assembleia decorrer em instalações próprias e, portanto, esta é uma solução de recurso, ainda que nos sintamos muito bem aqui, que agradeçamos a Paróquia o facto de nos receber aqui, e de estarmos contentes por estar aqui, a verdade é que melhor seria que tivéssemos umas instalações para o efeito próprias da Junta. -----

Relativamente aos danos causados pelas cheias, a Câmara Municipal tem um programa de ajuda e de apoio aos cidadãos e nós divulgámos a existência desse mail, relativamente a particulares que se queixem de danos e que foi divulgado por nós até muito recentemente, porque creio que o prazo terminava a dia 21. Estamos a falar dos danos privados e portanto nós, a pedido da Câmara Municipal de Lisboa, divulgámos nos nossos canais, em todos os canais da Junta, a existência desse mail para onde os particulares poderiam fazer chegar as suas queixas, para além daquelas que nós próprios articulámos com a Proteção Civil no próprio dia, com as autoridades, com os proprietários, aqueles casos que nós tivemos conhecimento nos próprios dias e nos dias subsequentes e que nós próprios articulámos com a Câmara Municipal. Todas as outras situações de danos, nomeadamente em espaços privados que não fossem do nosso conhecimento, existia esta possibilidade. Tudo o resto que tem a ver com ocorrências em espaços públicos são

tratadas e foram tratadas por nós com a Câmara Municipal, da mesma forma que são habitualmente, através da articulação entre os serviços, com a agravante de que, nesta fase, dado o elevado número de ocorrências, a capacidade de resposta quer da Câmara Municipal, quer da própria EDP, às vezes até da própria Altice, todas essas entidades estão com uma capacidade de resposta diminuída, diria eu dado o grande volume de ocorrências, mas de qualquer das maneiras muito agradeço e, aliás, agradeço que deixe ficar, se tiver a pen, ou o que seja, ou quaisquer suportes, por favor deixe e obviamente que nós, a Junta, articularemos com a Câmara Municipal para resolver esses problemas, ou para tentar resolver. -----

Relativamente às propostas concretas que faz, o estacionamento na Parada e na Praça táxis e os lugares deficientes, é uma questão que colocaremos diretamente à Câmara Municipal. De qualquer das maneiras, eu queria dar nota que estará para breve, no início do ano 2023, já temos essa informação, o início da empreitada da requalificação da Parada do Alto São João e, portanto, estará para breve o início do fim dos problemas de que se queixa, embora temporariamente, e faço já esta advertência, obviamente que todas as obras causam incómodo e, portanto, espera-vos aqui um período de alguma turbulência, diria eu, mas enfim, esta é boa, não é? Ou seja, é na esperança, na antecâmara, de vir a ter melhorias significativas, por um lado, em relação à Parada do Alto de São João propriamente dita e, também, aproveito a ocasião para reafirmar o compromisso que o Senhor Presidente da Câmara, Carlos Moedas, reafirmou da construção do silo e, portanto, e em reuniões que eu tive, quer com o Senhor Presidente da Câmara quer com o Senhor Vereador Ângelo Pereira, quer com a própria administração da EMEL, foi reafirmado que já estão a ser desencadeados os concursos para o projeto do silo automóvel para aquela zona daquela malha que está em aberto, do famoso silo, para a construção do 214 lugares e, portanto, a expectativa é que até o final do mandato, deste mandato autárquico, ele venha a existir. Esta é a melhor informação de que disponho neste momento. Portanto, acho que são boas notícias aquelas que, embora não sendo novas, fica aqui a divulgação do compromisso, aliás, que o Senhor Presidente da Câmara tinha assumido aqui, na sequência até do mandato anterior do Senhor Vereador Miguel Gaspar ter vindo também ao local dizer que iriam ser desencadeados os estudos para a construção

do silo e, portanto, eu creio que há aqui um alinhamento do Executivo Camarário no sentido de este silo se tornar realidade. Pronto, mais do que o livro, acho que queremos mesmo é que o silo surja, apareça. -----

Relativamente à questão da recolha seletiva, a recolha seletiva é um projeto da Câmara Municipal de Lisboa que já está em funcionamento na Freguesia, em projeto piloto na zona do Bairro dos atores, estão na zona da Alameda - Actor Vale, porque já existia naquela zona da cidade e, portanto, já estava ali. Do que se trata agora é da extensão desse projeto. Como digo, é um projeto da Câmara Municipal de Lisboa, ao qual a Junta de Freguesia se associa e dá apoio, mas a recolha do lixo, a higiene urbana desse ponto de vista, é competência Câmara municipal e, portanto, é um projeto da Câmara Municipal. O que é que se passa? Portanto, a Câmara enviou a informação, a Junta colaborou nessa divulgação da informação, quer através dos seus canais, quer através da divulgação dos folhetos nas caixas do correio. Vamos fazer um novo reforço na sequência de termos já recebido várias caixas semelhantes àquelas que os senhores membros do público vieram aqui trazer, queixas de pessoas que não estão suficientemente esclarecidas sobre esse projeto. Vamos fazer de novo esse envio para as caixas do correio. Subsequentemente a esse envio, há equipas no terreno, equipas mistas da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia a ir prédio a prédio avaliar as condições para acomodar os três contentores, que é de facto, o problema mais frequente na colina da Penha de França, aqui neste no Bairro Lopes, na Afonso III, não é o caso da zona circundante da Alameda, não foi esse o caso, a experiência aí correu bem, mas que, de facto, como esse é um problema muito frequente e é evidente, porque já havia problemas para acomodar o contentor dos resíduos indiferenciados. O que é que sucede? Sucede que, caso a caso é avaliada a exequibilidade do projeto. O que é que depois também sucede? É agendado com os condomínios ou com os prédios, enfim, dependendo do regime de propriedade que exista, é agendado com os prédios a entrega dos contentores. E aí é que às vezes a coisa se torna um bocadinho mais difícil, porque às vezes nem sempre é possível contactarmos ou com o condomínio ou com o representante do condomínio ou com alguém que receba os contentores e, portanto, aí já começam a existir as dificuldades e, portanto, por isso é que eu, em articulação com os serviços da Câmara, pedi um novo reforço da informação e

uma articulação caso a caso para que os prédios possam avaliar a possibilidade. Não existe propriamente uma opção neste sentido, o projeto, como aliás a moradora fez questão de citar, e bem, decorre de metas europeias às quais Portugal também está obrigado em termos dos resíduos, ou seja, e aqui também aproveito para apelar um bocadinho à compreensão das pessoas, o problema ambiental também passa por aqui, aquilo que nós falamos da questão climática e dos fenómenos climáticos extremos e das chuvas e tal, bom, os resíduos também são uma questão climática. O facto de produzirmos menos resíduos, reciclarmos, economia circular, produzimos menos resíduos indiferenciados, reciclarmos os plásticos e o papel, também faz parte disso tudo e, portanto, é um pequeno esforço que nós temos consciência que eventualmente pode trazer algum incómodo às pessoas, nomeadamente a questão da retirada daquelas eco-ilhas que existiam. Mas também é preciso aqui haver algum esforço da nossa parte para tentarmos mudar os nossos hábitos. Porquê? Indo diretamente à questão da acumulação dos resíduos indiferenciados. Se fizermos a separação dos resíduos, naturalmente todos temos já essa experiência nas nossas casas, nós produzimos muito menos resíduos indiferenciados do que plásticos ou papel porque ocupam mais espaço e, portanto, aquilo que fica dos resíduos indiferenciados, excluindo aqueles até que façam compostagem, porque já temos na nossa Freguesia equipamentos de compostagem que permitem que os resíduos orgânicos possam ser, sim, na Quinta de Santo António, ali na nas traseiras da Castelo Branco Saraiva, aliás, aproveito para divulgar esse projeto a quem não saiba e que se calhar também temos que reforçar a divulgação e a formação dos nossos moradores para poderem aceder a esse projeto, porquê? Porque os resíduos que produzem maus cheiros são os orgânicos, são as cascas da fruta, são as espinhas, são os ossos, são aquelas coisas que podem ir para a compostagem, deixando para os indiferenciados ainda menos lixo do que aquilo que nós já produzimos habitualmente. E, portanto, isto é tudo um projeto articulado e que se calhar temos é que reforçar a sensibilização e a informação das pessoas para que possam aderir a ele e usufruir e senti-lo como uma mais valia que efetivamente é e, portanto, dito isto, aquilo que queria dizer é que somos sensíveis às críticas que esta segunda fase do projeto da introdução da recolha seletiva na Penha de França tem tido e, portanto, vamos reforçar a informação e a nossa articulação com os serviços da Câmara

Municipal para adequar à realidade concreta de cada um dos prédios. Não posso, no entanto, deixar dizer também, apelar a uma outra coisa, que é a responsabilidade de cada prédio, de cada condomínio, relativamente à manutenção dos seus contentores. Eu sei que existem muitos prédios onde não à condomínio, ou não há condomínio constituído onde, se calhar, às vezes se recorre aos ecopontos como forma de obviar a utilização de contentores, porque assim ninguém no prédio tem que os lavar. Eu percebo isso, eu compreendo esse problema, é de facto um drama, mas de fato, isso também faz um bocadinho parte das responsabilidades de ser proprietário de uma casa. Quando se é arrendatários será a responsabilidade do proprietário, mas quando se é proprietário de uma casa, também temos que zelar pelos contentores da recolha do lixo e, portanto, se calhar também é um esforço adicional que é pedido às pessoas, mas de facto faz parte é de ser proprietário cuidar da limpeza dos contentores que estão atribuídos a cada um dos prédios. -----

Relativamente, por fim, repetindo aquilo que já tinha dito antes, e em resposta por fim à Senhora Moradora Sandra Campos, como já disse, todos os documentos que tenham trazidos que por questões técnicas não foi possível passá-los, e se calhar é também uma melhoria que temos que introduzir no futuro, se calhar, quando as pessoas se inscreverem temos que passar a perguntar “mas tem algum suporte audiovisual que queira utilizar” para que nós estejamos tecnicamente preparados para o passar na Assembleia. Se foi esse o caso e se hoje não foi possível, por favor, queiram entregar na mesa e a Junta vai obviamente analisar toda a documentação que tenham trazido e vamos dar sequência a essas questões que nos trouxeram e relativamente às quais estamos muito agradecidos. Muito obrigada e Boas Festas. -----

----- **PONTO NÚMERO DOIS** -----

Período antes da Ordem do Dia

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Presidente. Passamos então agora ao 2º Ponto da Ordem de trabalhos. Iremos começar este ponto pela votação das Atas nº4 e nº5. Antes de pôr a votação ata nº4, irei referir quem é que pode participar desta votação. Isto porque há elementos que estão hoje aqui que não estavam no dia 19 de abril e, portanto, não poderão participar da votação. Do PS, poderá participar o senhor

Deputado João Ramos, senhora Deputada Elsa Sacramento e eu própria. Da CDU, senhora Deputada Idália Tiago e Ana Calado. Do CDS, senhora Deputada Sofia Peralta. Do PSD, senhora Deputada Lourdes Borges. Do BE, senhor Deputado Rui Seixas. Do Livre, senhor Deputado João Monteiro e do PAN, senhora Deputada Elisabete Claro. Estamos, portanto, com a Ata nº4, 19 de abril. -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	3	2	1	1	1	1	-	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A Ata nº4 foi *aprovada por unanimidade* dos Deputados presentes-----

Presidente da Mesa da Assembleia: Passamos agora à votação da Ata nº5, de 21 de abril, e só poderão votar do PS, o senhor Deputado João Ramos, senhora Deputada Elsa Sacramento e eu própria. Da CDU, a senhora Deputada Idália Tiago e Ana Calado. Do CDS, a senhora Deputada Sofia Peralta. Do PSD, senhora Deputada Lourdes Borges. O BE não participa nesta votação. Do Livre, senhor Deputado João Monteiro. O Partido Chega não participa nesta votação nem o PAN. -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	3	2	1	1	-	1	-	-
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

A Ata nº5 foi *aprovada por unanimidade* dos Deputados presentes-----

Ora, agora, portanto, estão abertas as inscrições para este período antes da ordem do dia. Poderei lembrar o tempo que cada força política tem. O PS tem 11 minutos. A CDU, 8, o CDS 7, o PSD 7, o BE 7, o Livre 4, o Chega 4, o PAN 4, e a Junta de Freguesia 3 minutos. Estão abertas as inscrições. E lembrava também que para posterior votação neste ponto temos uma Moção e dois Votos de Saudação. Senhora Deputada Ana Calado, da CDU. -----

Deputada Ana Calado, da CDU: Obrigada a senhora Presidente. Boa noite a todos e a todas. Nem de propósito, aparentemente, a CDU resolveu apresentar uma Moção sobre

a higiene urbana. Então, a cidade de Lisboa vive hoje uma situação caótica ao nível da recolha do lixo e limpeza das ruas que põem em causa a qualidade de vida e do meio ambiente urbano de quem vive em Lisboa, nela trabalha ou a visita. Embora esta situação se tenha intensificado nos últimos meses, tem-se mostrado cíclica e resulta da reorganização administrativa da cidade de Lisboa, levada a cabo em 2012, e que implicou a passagem de competências para as Juntas de Freguesia, consequência do entendimento da maioria do PS na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal com o PSD e à qual a CDU sempre se opôs. A Câmara Municipal foi neste sentido esvaziada de competências, às quais se associaram meios humanos, materiais e patrimoniais. Por exemplo, mesmo com as contratações ocorridas entre 2014 e 2022, a Câmara Municipal continua com um déficit de 331 trabalhadores nesta área de atividades, em que cerca de 271 são cantoneiros de limpeza. Verifica-se também uma ausência de manutenção do edificado e dos vários passos de utilização diária destes trabalhadores, que resultam numa desvalorização das suas condições de trabalho. Consequentemente, esta falta de condições de trabalho aumenta o risco de acidentes de trabalho nesta área, facto que se pode comprovar consultando os relatórios do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança da Autarquia. Mais ainda, não se pode aceitar que a resolução dos problemas hoje existentes com a recolha do lixo passe pela precarização dos vínculos dos trabalhadores, ou por empresas privadas, onde também se verifica a precarização dos vínculos dos trabalhadores deste setor, soluções desejadas por PS, PSD e CDS. É preciso revogar o modelo de gestão que resulta da reforma administrativa, que se mostra incapaz de responder às necessidades da população. O que defendemos é que a Câmara Municipal de Lisboa deveria considerar estruturante a área da higiene urbana e agir em conformidade com isso, contratando mais trabalhadores de forma a prestar um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e providenciar estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores. Obrigada.-----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada. Senhora Deputada Sofia Peralta, do CDS. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Boa noite, Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Presidente da Junta, Executivo, restantes Forças Políticas. No que

concerne às declarações agora da CDU, eu concordo plenamente com aquilo que foi dito. Portanto, apesar de estar ali referido o CDS a apoiar esta delegação de competências, o meu partido efetivamente apoia, eu não, e isso já ficou bem explícito nesta Assembleia de Freguesia. -----

No que concerne à questão do silo e, portanto, da renovação do Jardim para cada bairro, eu, aliás, tinha solicitado aqui às restantes Forças Políticas, com aquelas que eu consegui falar, uma reunião extraordinária da Assembleia para efetivamente se debater este assunto porque penso que a prioridade é o silo e não o jardim, até porque vai haver uma impermeabilização dos solos e nós sabemos o problema que é com a quantidade de cimento pelo projeto que eu estive a verificar, relativamente ao Jardim em frente ao cemitério do Alto de São João e, se bem me lembro, quando estiveram cá os representantes da Câmara do anterior Executivo, aquilo que foi referenciado é que o silo seria prioritário, até porque existe um sério risco de as terras naquela zona, como sabe, haver um desabamento de terras naquela zona, segundo aquilo que foi a visita técnica e segundo aquilo que foi transmitido na altura ao Executivo e, aliás, a Senhora Presidente Sofia Dias na altura ficou bastante agradada com a construção do silo, sendo que tecnicamente foi explicado que aquela área era uma área onde as terras poderiam efetivamente deslizar. O que é que vai acontecer vai aqui acontecer? Vai acontecer que o caos, em vez de se inverter a questão do caos que era, constrói-se primeiro silo e depois faz-se a obra no jardim em frente ao cemitério do Alto São João, vai-se inverter a situação e vai ficar as pessoas às vezes, e eu tenho tido queixas de pessoas que ficam quarenta minutos, uma hora para conseguir estacionar o carro e a senhora Presidente tem conhecimentos. Portanto, eu acho que tem que haver aqui por parte destes Executivo, por parte das Forças Políticas representadas nesta Assembleia, uma união total no sentido em que primeiro tem mesmo que ser o silo e, portanto, se a Câmara Municipal de Lisboa não quer, quer inverter a questão, isto nós temos é que pensar nas soluções que vão de encontro quer às necessidades da população, quer de, quando votaram, votaram por um silo e isso foi efetivamente aquilo que deu a vitória à Sofia Dias aqui nesta, também foi um dos motivos porque nós sabíamos que estava e continua, obviamente, a favor da construção do silo. Portanto, nós temos que tentar, politicamente, inverter esta situação.

Primeiro, o silo e depois o jardim porque, repare, se começam as obras isto vai-se tornar o caos absoluto e nós não sabemos como é que vai ser no futuro, se vão continuar estas alterações climáticas e se pode haver uma desgraça ali naquela zona com a queda das terras. Pronto, isto relativamente a esta questão. -----

Relativamente à higiene urbana, foi aquilo que eu já tinha dito, quer dizer, isto a Delegação de Competências trouxe este mal que está cada vez pior na Freguesia, em que, acho que já é diário, as queixas e os mails e toda a gente que neste momento está a protestar contra a situação da higiene urbana. Fico por aqui. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Emília Nunes, da CDU. -----

Deputada Emília Nunes, da CDU: Boa noite. A presente Moção sobre a saudação, que entregámos, relativamente à luta de que é exemplo o dia 25 de novembro. A violência física, psicológica, moral e sexual, seja em casa, no trabalho, no espaço público, na publicidade, na Internet, nas zonas de conflito ou de guerra, continua a flagelar a vida de muitos milhões de mulheres e raparigas em todo o mundo. A violência exercida sobre as mulheres, tanto é uma causa como uma consequência da desigualdade de género, constituindo uma violação dos seus direitos e liberdades fundamentais e é um obstáculo ao desenvolvimento. Neste sentido, é essencial continuar a aprofundar medidas de prevenção e combate à violência, pôr fim às desigualdades e discriminações entre mulheres e homens no trabalho, fazer cumprir os direitos das mulheres e proporcionar condições para que a igualdade e a não violência seja uma realidade e combater fatores culturais e preconceitos para com os comportamentos e mentalidades mudem. Obrigada, boa noite. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada. Não registando mais nenhuma... Eu agradecia porque não tinha aqui mais nenhuma inscrição, agradecia que quem quiser se inscrever. Senhora Deputada Idália Tiago, da CDU. -----

Deputada Idália Tiago, da CDU: Obrigada Senhora Presidente. Boa noite a todos, um agradecimento especial em nome da CDU aos trabalhadores da Junta e todos os outros que permitem que a Assembleia se realize. Queríamos só destacar, no que toca ao Voto de Saudação do centenário de José Saramago, destacar 4 factos que nos ligam ao José

Saramago. O facto de ter vivido na Penha de França, de ser um escritor português, de ter recebido o único Prémio Nobel de Literatura em língua portuguesa e de ter sido um firme defensor dos direitos humanos, em particular da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A vertente mais subjetiva, mas encantadora, é a quantidade de vida, de pessoas, problemas, do mundo, de solidariedade que cabe dentro do brilhante trabalho literário. Aqui há menos consenso, mas sabemos que os que vivem hoje na Penha de França em quartos e em partes de casa, como ele viveu há 98 anos, se encontram dentro de qualquer um livro do José Saramago. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada. Senhor Deputado João Monteiro, do Livre. -----

Deputado João Monteiro, do Livre: Boa noite, gostaria de começar por cumprimentar todos os presentes porque ainda não tive oportunidade de fazer. Em segundo lugar, queria saudar a CDU pelas propostas apresentadas e, em terceiro lugar, gostaria de perguntar se a Moção da CDU podia ser votada ponto a ponto? Obrigado. ---

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhor Deputado, portanto, requer que a Moção apresentada pelo é pela CDU, seja votada ponto por ponto. -----

Deputado Neira Nunes, do PS: Senhora Presidente, dá-me licença? Posso? Eu ia propor também isso. Ia também propor votar por pontos separados. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Portanto, quando chegarmos ao período das votações, a Moção apresentada pela CDU irá ser votada ponto por ponto. Senhora Deputada Sofia Peralta, do CDS. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Eu vinha também aqui a pedido do Pedro, que ele hoje infelizmente não pôde cá estar, como sabem faz hoje um mês que o irmão do Pedro faleceu e em meu nome pessoal, e da nossa bancada do CDS, enviamos aqui sentidas condolências para o nosso colega de partido. Ele pediu-me para eu fazer aqui uma pergunta à Senhora Presidente, neste caso não seria a Senhora Presidente, seria a Senhora Vogal da Ação Social, portanto, a Dona Capitolina, o seguinte: nós tivemos conhecimento, houve vários fregueses que nos abordaram, no sentido em que o atendimento na Junta, da Ação Social, continua a ser efetuado pela Dona Capitolina e por uma Senhora que penso que se chama Patrícia. Pronto, tendo em conta que uma das

assistentes sociais saiu e que esse atendimento continua a ser feito pela Vogal. O CDS tem sido bastante perentório nesta situação, porque nós achamos que quem deve fazer o atendimento é pessoal especializado, pessoal técnico e não a Vogal, até porque, como já dissemos anteriormente, isso intimida as pessoas que vêm à procura de conforto, de apoio.-----

Outra situação que também nós estranhámos foi que nas redes sociais da Junta não foi anunciado em lado nenhum, ao contrário de outras Juntas de Freguesia, a questão dos cabazes, portanto, os cabazes anteriormente eram amplamente anunciados e depois as pessoas candidatavam-se, consoante os seus rendimentos candidatavam-se a esses cabazes e nós não tivemos nenhuma informação de que este ano tivesse havido essa questão relativamente aos cabazes. Pronto. E nós queremos mais uma vez aqui deixar bem claro que nós continuamos por parte dos Fregueses, quer por via escrita, quer por via oral, a receber queixas de que o atendimento é feito pela Vogal e nós criamos um esclarecimento cabal desta situação e, se eventualmente isso estiver a acontecer segundo aquilo que é descrito, é grave porque já foi chamado a atenção em dois mandatos sucessivos e continua a acontecer e continua a estar em cima da mesa a mesma problemática. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada a Senhora Deputada. Antes de dar a palavra à Senhora Presidente da Junta, eu queria dizer que também tive a honra de conhecer o escritor José Saramago pessoalmente, quando ele e foi durante um tempo Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e de que eu fazia parte, portanto, e tive há bem pouco tempo também a honra de conhecer quer a sua filha, quer a sua neta. Posto isto, Senhora Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta de Freguesia: Muito obrigada Senhora Presidente. Eu queria aproveitar este período para terminar a resposta que não acabei a bocado, lamentavelmente. Esqueci-me de responder ao morador Jorge Neves relativamente ao elevador da piscina ou, na verdade, a plataforma elevatória que existe na piscina, porque a piscina de origem não tem elevador, depois foi lá colocada uma plataforma elevatória para ser utilizada por pessoas em cadeira de rodas, que não foi substituída durante as obras de requalificação da piscina e, portanto, neste momento não temos capacidade de

resposta, não dá resposta, porque uma plataforma elevatória não está feita para ter um movimento que tem um elevador e, portanto, na prática, o que constatámos quando recebemos a piscina é que não temos um elevador em condições, o que é problemático, dada a idade dos utilizadores da piscina e o facto da piscina ter 2 andares e, portanto, já colocámos essa questão a Câmara Municipal, aliás, o Senhor Presidente da Câmara teve oportunidade, em visita à piscina, de constatar as queixas que os idosos lhe fizeram diretamente pelo facto de não existir elevador na piscina e, portanto, vamos pedir Delegação de Competências à Câmara Municipal de Lisboa, no CDC's de mandato para ser é colocado o elevador na piscina e contamos fazê-lo no início do próximo ano, portanto, queria dar esta nota Assembleia, porque esqueci-me de dizer ao morador diretamente quando colocou a questão. -----

Relativamente às questões subsequentes que foram colocadas agora, no período antes da ordem do dia, o que se passa na Parada do Alto de São João é que o projeto da “Uma praça em cada bairro” já existe projeto, já existe concurso para o início da obra. Se formos depender do avanço da requalificação daquele espaço com todos os inconvenientes que os moradores também se queixam, se formos fazer depender da construção do silo, que é uma obra diferente, à parte, o que vai acontecer é que vamos, inevitavelmente, atrasar toda a requalificação da parada, porque “Uma praça em cada bairro” já está em condições de iniciar empreitada no início de 2023, o silo vai agora abrir o concurso para o projeto de silo, e, portanto, creio que, na minha opinião, concordando com as duas coisas, com a existência das duas coisas, é que não se deve fazer depender, aliás... em termos de contratação pública, já avançou “Uma praça em cada bairro” na Parada do Alto de São João e ainda estamos muito longe disso relativamente ao silo que vai agora começar a ser estudado em termos de projeto. E, portanto, a minha opinião, é que não se deve fazer depender uma coisa da outra sob pena de atrasarmos irremediavelmente aquilo que vai ser uma boa requalificação, uma boa melhoria, que é pedida há mais de dez anos para a Freguesia, e, portanto, essa é a minha opinião, foi a opinião que manifestei ao senhor Presidente da Câmara, ao senhor Vereador Ângelo Pereira, e é essa a sequência que já está a ser seguida nos serviços da Câmara, mas, é apenas a minha opinião. -----

Relativamente às questões da ação social, tal como já havíamos dito quando esta questão veio aqui pela primeira vez, portanto, separámos completamente o atendimento social do atendimento que a Vogal faz, tal como eu própria também recebo pessoas que se dirigem a mim, para falar dos mais diversos temas, mas com particular incidência nos temas da ação social, devo dizer, é dos temas mais frequentes que levam os moradores a procurarem o meu atendimento, uma coisa é as pessoas expressarem e partilharem connosco os seus problemas e as suas preocupações, outra coisa é o atendimento técnico ser feito por assistentes sociais. É verdade que houve uma assistente social que pediu o fim do seu contrato de prestação de serviço aqui na Junta, mas já foi substituída por outra, nós tivemos o cuidado de pedir à ordem dos assistentes sociais a indicação de eventuais interessados em preencher esse lugar na Junta de Freguesia, vieram pessoas de facto, mas quando, quando vieram já estavam, já tinham encontrado outras oportunidades de emprego e, portanto, acabaram por não ficar e, portanto, acabámos por contratar recentemente uma assistente social que se dá a circunstância de também ser moradora na nossa Freguesia. Mas queria reiterar que, tal como já havíamos falado quer em sede de Conferência de Líderes, creio eu, comigo própria, e aqui na assembleia de Freguesia, no plenário, operámos essa separação total e, portanto, o atendimento técnico é feito por assistentes sociais, a senhora vogal atende os moradores como todos os vogais podem atender, aliás, têm períodos em que recebem os moradores, como aliás o devem fazer, coisa diferente é o estudo socioeconómico de cada agregado familiar, das suas necessidades, e a articulação com a Santa Casa e com os parceiros para efeitos de atribuição de fundo de emergência social, cabaz, o quer que seja. -----

Relativamente aos cabazes, procedemos exatamente como sempre procedemos, através da aplicação das regras do fundo de emergência social, nomeadamente às famílias que já apoiamos, e, portanto, de articulação com os parceiros para verificação das listas, com o banco Alimentar, com a Santa Casa da Misericórdia, com todos os parceiros da Comissão Social de Freguesia. Nota também que eu quero dar relativamente a este tema e que também é muitas das vezes são esses os temas que os moradores levam até mim. A atribuição de apoios sociais não só obedece a regras, nomeadamente aquelas que decorrem das deliberações de Câmara em matéria de fundo de emergência social, mas

decorrem também da avaliação das concretas condições de vida dos agregados familiares, da sua situação, das suas necessidades, das suas situações socioeconómicas, socioprofissionais, e, portanto, mudanças das situações das pessoas e das famílias têm obviamente consequências em termos dos apoios que são dados, e nem sempre as pessoas encaram isso bem, ou seja, os apoios são por definição escassos, e, portanto, nós temos que os fazer chegar ao maior número de pessoas que deles precisem. E, portanto, quando as situações das pessoas mudam, e com isto o que é que quer dizer, se uma família está em situação de desemprego e passa a ter emprego, às vezes as pessoas deixam de cumprir os requisitos que lhes permitem aceder a determinados tipos de apoios. Às vezes, deixam de ter um apoio alimentar, passam a ter só um, um outro tipo de apoio junto do Gabinete de Inserção Profissional, o que seja. O que é que eu quero dizer som isto, terminando, é que muitas vezes as pessoas não encaram bem ou o facto de deixarem de ter apoios ou o facto de não terem apoios de todo. A atribuição do apoio não depende do facto da pessoa considerar que a ele tem direito. Depende do cumprimento de determinados requisitos, que aos quais nós estamos obrigados por lei e por deliberação de Câmara. E, portanto, é muito frequente as pessoas queixarem-se, ou então, outra coisa também muito frequente “Ah, o meu vizinho teve... o meu vizinho teve e a minha situação é igual”, e eu, às vezes, quando as pessoas me dizem isto “Olhe, o senhor acha que a situação é igual, o senhor não sabe, não é? O senhor pode achar, mas não é, não é?”, ou seja, as pessoas não... e, portanto, temos que também ter às vezes um bocadinho isto em atenção quando as pessoas vêm ter connosco e dizer “Ai, eu não, eu não... eu não, não recebi, mas o meu vizinho, a minha vizinha, eu sei porque... porque me disseram que...” isto não funciona assim, e, portanto, o nosso papel é complicado e é ingrato, desse ponto de vista, tomara nós, por um lado, que todas as pessoas ganhassem mais e não precisassem de recorrer a nós para, para ser apoiadas, bem sabemos que os salários em Portugal são baixos, mas não são só para alguns, são para todos, e, portanto, o nosso papel, também, e os apoios são finitos, sem prejuízo de nós às vezes podermos pedir e pedimos, com certeza, quando eles se esgotam, reforço dessas verbas à Câmara Municipal de Lisboa, mas a verdade é que nós fazemos uma avaliação em função dos critérios que nos são definidos pela, pela Câmara Municipal de Lisboa em articulação com a Santa Casa, porque às vezes também sucede

as pessoas acumularem apoios, por exemplo, da Santa Casa conosco, e às vezes aqui há uma certa incompreensão, não é que as pessoas estejam ricas, é que, simplesmente, nós temos que esticar um lençol que é finito, que é curto, e, portanto, temos que fazer opções dentro dos critérios a que estamos obrigados e, portanto, isso às vezes gera insatisfação por parte das pessoas e às vezes essas ditas queixas, sem prejuízo, obviamente, de estarmos sempre disponíveis para rever todos os casos e tentarmos chegar ao máximo número de pessoas. Mas não queria deixar de dar esta nota, muito obrigada senhora Presidente. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Presidente. A senhora Deputada Maria Marreiros, do BE. -----

Deputada Maria Marreiros, do BE: Boa noite, quero cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia, e os membros da Mesa, a Senhora Presidente da Junta e o Executivo e também os restantes membros da Assembleia. Eu fiquei com dúvidas relativamente ao seu esclarecimento sobre a empreitada na Parada do Alto de São João. Portanto, o que diz, é que concorda... vão ser feitas duas obras no mesmo espaço, uma ao nível da superfície e outra que requer escavação, não é? E, portanto, o que diz é que acha, concorda que deve ser feita primeira a obra da superfície e, depois, passado não sabemos quanto tempo, mas deduzimos que não serão assim tantos anos, é feita uma segunda obra que, no fundo, destrói o que foi feito na primeira. Era só para confirmar se é essa a sua opinião e, se for, deixar claro que não concordamos com ela. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada. Senhora Deputada Sofia Peralta, do CDS, que neste momento tem um minuto e três segundos, um minuto. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: É muito rápido, Senhora Presidente, aqui não está em causa toda a metodologia do atendimento social, aqui está em causa é quem o faz. Noutras Juntas de Freguesia com as quais eu tenho bastante experiência, dentro e fora de Lisboa, quando existe um caso, esse caso é imediatamente reportado via telefone ou pessoal, a uma assistente. Não há atendimento por parte de nenhum elemento da Junta, obviamente, se for uma abordagem na rua, pronto, tudo bem, mas é imediatamente enviado para o assistente técnico. E a questão, e eu também tenho conhecimento, que

ligaram para algumas pessoas que disseram que felizmente não precisavam dos cabazes e que prescindiam desses cabazes, pronto. Agora, a questão é mesmo esta, o atendimento só pode ser feito por um técnico. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada. Com tempo cedido pelo PS à Junta de Freguesia, Senhora Presidente, quer utilizar? -----

Presidente da Junta de Freguesia: Queria sim senhora, Presidente, só para esclarecer aqui esta dúvida, para que não subsista. A Parada do Alto de São João, a requalificação do espaço da Parada nada tem a ver com o silo porque são em sítios diferentes, no mesmo espaço, mas são sítios completamente diferentes. Portanto, a Parada tem a ver com aquela meia-lua em frente ao cemitério e em frente aos prédios. O silo vai ser feito nas traseiras, diria eu, não é? Que é ali... fecha aquela malha urbana. E também queria dar nota de que tem muita pouca escavação, a razão pela qual serem duzentos e catorze lugares tem justamente a ver para não... tem justamente a ver com o facto de se evitar... daquilo que está pensado, o projeto ainda não existe, vai ser feito, mas aquilo que está pensado tecnicamente é precisamente não escavar, não fazer perfuração naquela encosta, e, portanto, eles serão mais ou menos feitos à superfície, mas como aquela cota é inferior à Parada permite criar ali duzentos e catorze lugares e, portanto, é possível, é perfeitamente possível e uma coisa não tem absolutamente nada a ver com a outra. Acrescidamente a isto, o que eu acrescentei foi, o projeto da requalificação da Parada já existe, a empreitada vai iniciar e, portanto, se agora dissermos “Não, espera pelo silo, que é uma coisa diferente ao lado”, vamos atrasar irremediavelmente tudo e eu acho que se devia avançar para a requalificação daquele espaço que, para além do mais, serve a cidade. Serve obviamente, em primeira linha, os moradores da Penha de França, mas serve também todas as pessoas da Cidade de Lisboa e até de fora que venham ao cemitério e, portanto, não se trata aqui de fazer uma obra e depois a seguir ir escavar por baixo, não. São sítios diferentes, no mesmo espaço é certo, no mesmo espaço, mas a Parada é à frente. O silo é uma, e além, do mais, juridicamente, será uma obra diferente, mas não se trata aqui de fazer uma coisa e depois a seguir ir por cima e fazer de novo ou deitar abaixo o que lá está. Absolutamente nada. São coisas independentes. -----

Quanto ao CDS, é só reafirmar aquilo que já disse, ou seja, não há atendimento social por parte da vogal, com exceção de todo o atendimento que todos os vogais podem fazer. Mas como digo, a avaliação técnica do ponto de vista da ação social é feita pelas assistentes sociais. Muito obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Presidente, vamos então passar à votação dos documentos que aqui temos, são dois Votos de Saudação e uma Moção. Irei começar pelos Votos de Saudação. -----

A **Saudação n°11/2022**, apresentado pela CDU, com o título “**25 de Novembro – Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres**” constava do seguinte: -----

“A violência física, psicológica, moral e sexual, seja em casa, no trabalho, no espaço público, na publicidade, na internet, nas zonas de conflito ou de guerra continua a flagelar a vida de muitos milhões de mulheres e raparigas em todo o mundo. -----

Persistem e agravam-se “velhas” formas de violência, e aumentam os maus-tratos e a exploração em torno da mercantilização do corpo das mulheres, raparigas e crianças.-

As violências sobre as mulheres - violência doméstica e no namoro, prostituição, tráfico humano, pornografia, violação, assédio moral e sexual, exploração no trabalho, mutilação genital, “barrigas de aluguer”, objectificação do corpo da mulher - não são uma fatalidade histórica nem cultural! -----

A violência exercida sobre as mulheres tanto é uma causa como uma consequência da desigualdade de género, constitui uma violação dos seus direitos e liberdades fundamentais e é um obstáculo ao desenvolvimento. -----

Assim, é preciso continuar a aprofundar medidas de prevenção e combate à violência. É preciso pôr fim à exploração no trabalho, às desigualdades e discriminações entre mulheres e homens. É preciso fazer cumprir os direitos das mulheres e proporcionar condições para que a igualdade e a não-violência sejam uma realidade, porque a violência e a desigualdade andam de mãos dadas. -----

É igualmente necessário combater factores culturais e preconceitos, para que os comportamentos e mentalidades mudem, tendo a educação para os direitos e a cidadania um papel fundamental neste desígnio. -----

Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França na sua 5ª sessão do dia 22 de dezembro de 2022, delibere: -----

1. Saudar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.-
2. Saudar todas as mulheres e o trabalho das várias associações e entidades que prestam apoio às mulheres vítimas de qualquer forma de violência. -----

Mais delibera ainda: -----

3. Enviar a presente deliberação às organizações de Defesa dos Direitos das Mulheres, com assento na CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género).” -----

A **Saudação nº11/2022** teve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3			2	1		
Votos contra								
Abstenção			2	2			1	1

A **Saudação nº11/2022** foi **aprovado por maioria** -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Eu gostava de fazer a Declaração de Voto. ---

Presidente da Mesa da Assembleia: No final das votações todas. -----

A **Saudação nº12/2022**, apresentada pela CDU, com o título “**100 Anos de José Saramago**”, constava do seguinte: -----

“Assinalaram-se no passado dia 16 de Novembro 100 anos sobre o nascimento de José Saramago. Nascido a 16 de novembro de 1922, José Saramago é uma figura ímpar na cultura portuguesa. Escritor tardio com obra de dimensão universal, jornalista empenhado, tradutor, ator interventivo na cena cultural portuguesa, comunista convicto, o único Nobel da Literatura português marcou de forma indelével o nosso século XX. ---

Veio de longe, criança, e viveu em ruas antigas de Lisboa, na pobreza e na resistência diária. Estudou e, numa casa sem livros, foi à procura desse desencadear de saberes e de consciência, de capacidades conquistadas a par e passo, na biblioteca Galveias, nos livros que encontrava ou lhe davam, depois na escola Gil Vicente e nessa escola de profissões, a Afonso Domingues, onde ainda ensinavam filosofia e outras matérias humanizantes e impulsionadoras. -----

Saramago, dono de uma escrita e de uma obra onde está presente o seu penetrante olhar sensível e profundamente humano sobre a vida dos homens e sobre os «males do mundo», mas também a ação e intervenção política concreta de um homem que tomou partido na luta pela liberdade, pela democracia, contra as desigualdades sociais, por um mundo melhor e diferente. -----

Saramago foi um escritor que veio do povo trabalhador, a quem amou e foi fiel. Um homem comprometido com os explorados, injustiçados e humilhados da terra, que assumiu valores éticos e um ideal político do qual não abdicou até ao fim da sua vida. -

Para além do apoio e incentivos a jovens escritores, José Saramago dava especial atenção a iniciativas culturais, nomeadamente em coletividades e outras associações, incentivando a criação de bibliotecas populares, como aconteceu, por exemplo, na Academia Verdi, em Lisboa. -----

O legado de José Saramago constitui um precioso manancial de ensinamentos para os dias de hoje que continua norteado pelos seus valores de liberdade, democracia, emancipação social, desenvolvimento e pelo porvir de uma sociedade nova de justiça e progresso social, por um mundo melhor. -----

A par de uma intensa actividade de criação literária, Saramago travou importantes combates políticos e eleitorais, tendo sido eleito Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, pela Coligação «Por Lisboa». -----

Pelo percurso de vida e pelo legado artístico que José Saramago nos deixa, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia da Penha de França, reunida na sua 5ª sessão de 22 de dezembro de 2022 delibere: -----

- 1. Saudar o centenário do nascimento de José Saramago, enquanto nome maior da literatura portuguesa. -----*
- 2. Enviar este voto à Direção da Fundação José Saramago.” -----*

A Saudação n°12/2022 teve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	2	-	2	1	1	-
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	2	-	-	-	1

A Saudação n°12/2022 foi aprovada por unanimidade -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Passamos então agora à Moção, e por solicitação do PS e do Livre, iremos votar ponto por ponto, são dois pontos e, portanto, no ponto número um, penso todos os senhores Deputados têm o documento na vossa posse. -----

A **Moção nº9/2022**, apresentada pela CDU, com o título “***Pela restituição de um serviço de limpeza e higiene urbana inteiramente municipal***”, constava do seguinte: ---

“A cidade de Lisboa vive hoje uma situação caótica ao nível da recolha de lixo e limpeza das ruas, que põe em causa a qualidade de vida e do meio ambiente urbano de quem vive em Lisboa, nela trabalha ou a visita. -----

Embora esta situação se tenha intensificado nos últimos meses, tem-se mostrado cíclica e deve a sua génese à reorganização administrativa da cidade de Lisboa levada a cabo em 2012 e que implicou a passagem de competências para as Juntas de Freguesia, fruto do entendimento da maioria do PS na CML e AML com o PSD, e à qual a CDU sempre se opôs. -----

A CML foi neste sentido esvaziada de competências, às quais se associaram meios humanos, materiais e patrimoniais. Dos cerca de 1800 trabalhadores transferidos em 2014 para as juntas de freguesia, no campo particular das competências delegadas na área de atividade da limpeza e higiene urbana para 23 freguesias (à exceção do Parque das Nações), saíram 812 trabalhadores nas categorias de cantoneiro e encarregados operacionais. Mesmo com as contratações ocorridas entre 2014 e 2022, a CML continua com um défice de 331 trabalhadores nesta área de atividade. Na profissão de cantoneiro o défice será aproximadamente de 271 trabalhadores. A esta transferência, não se seguiu uma política de contratação de pessoal que assegurasse adequadamente as exigências diárias dos serviços de limpeza e higiene urbana da câmara municipal, nomeadamente no campo da remoção de resíduos sólidos e das respetivas equipas de apoio. Deu-se a rutura na capacidade dos serviços de recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) que funcionavam em boa medida assentes no trabalho de funcionários que realizavam também a varredura e a lavagem das ruas. Desde então, perdeu-se escala e capacidade para dar uma resposta célere e integrada, representando um profundo retrocesso na resposta aos interesses da população e dos trabalhadores. -----

As consequências são hoje agravadas em períodos de maior produção de resíduos sólidos, resultado de um investimento claramente insuficiente em termos da frota da higiene urbana, deficiências ao nível da organização dos circuitos de recolha e na formação dos trabalhadores. -----

Constata-se igualmente uma desvalorização pelas condições de trabalho nas várias instalações municipais, que não respeitam em muitos casos as disposições legais em termos de saúde, higiene e segurança. A ausência de manutenção do edificado e dos vários espaços de utilização diária - balneários, vestiários, zona de toma de refeições, sanitários, etc. - demonstra igualmente o esquecimento a que foi votado o serviço de limpeza e higiene urbana, naturalmente prejudicando os respetivos trabalhadores. -----

O desinvestimento neste serviço nas múltiplas dimensões referidas, é acompanhado de um aumento da sobrecarga horária e penosidade exigidas dos trabalhadores, em total desconsideração pelas normas em vigor no campo da saúde e segurança no trabalho. Esta contradição reflete-se no risco de serem alvo de acidentes de trabalho, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, facto facilmente comprovável pelos relatórios do departamento de saúde, higiene e segurança da autarquia. O que o serviço municipal de remoção de resíduos sólidos carece urgentemente, é de mais trabalhadores em todas as categorias, mais viaturas adequadas às especificidades da cidade; mais trabalhadores nas oficinas que reparam e mantêm a frota municipal operacional; mais formação profissional; mais investimento na melhoria das condições de trabalho; mais sensibilidade na definição e redefinição dos circuitos de remoção. -----

O Executivo Camarário ignora os problemas causados pelo sub-financiamento crónico, escudando-se na ideia de proximidade aos cidadãos bem como nas possíveis poupanças na gestão dos serviços, mas cujas verdadeiras intenções são a privatização de serviços, redução do número de trabalhadores, aumento da precariedade dos vínculos laborais, que em si, comprometem a execução de um serviço público de qualidade. -----

Não se pode aceitar que a resolução dos problemas hoje existentes com a recolha de lixo passe pela precarização dos vínculos dos trabalhadores da higiene urbana nas Juntas de Freguesia, ou por empresas privadas onde também se verifica a precarização dos vínculos dos trabalhadores deste sector, soluções almejadas por PS, PSD, e CDS,

que optam assim por medidas avulsas como se a resolução deste problema fosse possível com medidas paliativas ou tivesse que ser feita pondo em causa os direitos dos trabalhadores, e que introduziriam maior imprevisibilidade na prestação do serviço. Urge revogar o modelo de gestão preconizado pela Reforma Administrativa, que se mostra incapaz de responder às necessidades da população. Esta revogação deverá ser o ponto de partida para a contratação, pela CML, de mais trabalhadores e que esta área seja considerada estruturante para que a CML reassuma as suas responsabilidades voltando a prestar um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores. -----

Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de da Penha de França na sua 5ª sessão do dia 22 de dezembro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

1. Reassuma todas as valências da higiene e limpeza urbana, assegurando a sua gestão integrada na cidade de Lisboa, com todas as suas responsabilidades, prestando um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e assegurando estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores; -----
2. Proceda à contratação de mais trabalhadores e à aquisição de novos equipamentos, adequados para uma efetiva e eficaz recolha dos resíduos sólidos, limpeza e lavagem das ruas, em condições de segurança para os trabalhadores;”-

O Deputado João Monteiro, do Livre, solicitou que a Moção fosse votada ponto por ponto. -----

A Moção nº9/2022 teve a seguinte votação: -----

Ponto nº1	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	-	3	2	-	2	1	1	-
Votos contra	7	-	-	2	-	-	-	1
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto nº2	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	3	2	2	2	1	1	1
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-

O Ponto nº1 foi **rejeitado por maioria** -----

O Ponto nº2 foi **aprovado por unanimidade** -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhora Deputada Sofia Peralta, para a sua Declaração de Voto, se faz favor. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Relativamente à Saudação do 25 de novembro, nós teríamos votado favoravelmente caso fosse por pontos, mas tendo em conta o ponto três, por isso é que nos abstivemos. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhora Deputada, as votações só são ponto por ponto quando requeridas por alguma Força Política, não é a mesa que decide se a votação é ponto por ponto. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Eu pensei que o João tivesse pedido, tinha ficado com essa sensação, que ele tinha pedido também. -----

----- **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

**Informação Escrita da Presidente de 1 de agosto a 31 de outubro de 2022 e
Informação Financeira de 1 de janeiro a 31 de outubro de 2022**

Presidente da Mesa da Assembleia: Passamos ao ponto número três, Informação Escrita da Presidente da Junta de um de agosto a trinta e um de outubro de dois mil e vinte e dois e Informação Financeira de um de janeiro a trinta e um de outubro de dois mil e vinte e dois. -----

Vou recordar os tempos. O PS para este ponto tem vinte e três minutos, a CDU quinze minutos, o CDS nove, o PSD nove, o BE nove, o Livre cinco, o Chega cinco, o PAN cinco, o Executivo, tem dez minutos para a apresentação desta informação e mais, no final, trinta minutos para responder às questões que forem levantadas pelas diversas forças partidárias. Senhora Presidente. -----

Presidente da Junta de Freguesia: Muito obrigada Senhora Presidente, ia só destacar alguns aspetos que nos pareceram mais relevantes da informação escrita ou, por outra, atividades desenvolvidas neste período. Aquele projeto, que eu creio que na altura já tínhamos falado, porque estamos sempre, reportamo-nos sempre a tempo passado quando chegamos aqui à Assembleia e falamos de coisas que já aconteceram preteritamente e não necessariamente àquilo que aconteceu ontem. Mas, creio que na altura já tínhamos falado sobre isto, que foi a utilização da água da piscina... a piscina teve que sofrer uma intervenção de lavagem por causa da plataforma que tem no seu fundo para reduzir o

fundo da piscina, e por causa disso foi reutilizada, com a autorização das Autoridades de Saúde, foi utilizada a água da piscina para a lavagem de ruas, que foi uma iniciativa inédita, que nós esperamos que não seja necessário mais vezes retirar água da piscina, porque ela pode ser sempre reaproveitada e tratada, mas quando é necessário retirar água da piscina entendemos que devíamos utilizá-la para um fim mais útil e no caso foi a lavagem de ruas. -----

Depois queria também destacar o facto da piscina estar a ter um grande sucesso e grande adesão por parte dos moradores da Freguesia, mas não só, porque infelizmente aqui à nossa volta já houve três piscinas que fecharam, a de Arroios, a de São Vicente e o Casal Vistoso, que ainda não reabriu, e, portanto, estamos também a dar resposta a moradores dessas zonas, para além de termos aderido ao programa de apoio à educação física curricular, além de estarmos também a dar apoio à APACDM, às escolas da Freguesia, e termos também um protocolo com a direção nacional da PSP e, portanto, estamos a conseguir dar uma boa utilização à piscina municipal da Penha de França, que recorde tem só seis pistas, é mais pequena do que as outras piscinas municipais da cidade de Lisboa, não tem tanque de aprendizagem para as crianças, portanto, toda a atividade da piscina é feita na piscina, não tendo outros tanques acessórios e, portanto, achamos que estamos a conseguir, dentro das limitações que a piscina tem, dar-lhe efetivamente muito bom uso e a satisfação dos utilizadores espelha isso. -----

Depois, também procedemos às limpezas anuais das escolas, eu creio que também vale a pena dar aqui essa nota, até para conhecimento dos senhores eleitos, mas também de quem nos possa eventualmente estar a seguir, que é uma das atividades regulares da Junta de Freguesia. -----

Depois, também, repetimos a oferta do Kit Escolar, portanto, nós damos material escolar no início, todos os anos letivos, como forma de ajudar as famílias a fazer face aos encargos desta altura do ano, e fazemo-lo não só às escolas da rede pública, mas também a todas as escolas da Freguesia independentemente de ser regime cooperativo privado ou público. Ou social. -----

Continuámos as nossas visitas culturais, não só a museus, mas também foi possível visitar a mesquita, recentemente também de visitou a sinagoga e, portanto, temos

cumprido um plano, digamos assim, ecuménico e eclético de visitas culturais, temos tido muita adesão e temos tido sempre as visitas cheias. -----

Queria também dar nota de que fizemos a comemoração do 5 de outubro dando cumprimento a uma decisão da Assembleia, homenageando Adelaide Cabete, portanto, fizemos uma romagem ao cemitério do Alto de São João e à sua sepultura no dia 5 de outubro e, penso que todos ficámos satisfeitos por termos participado nessa homenagem.-

E também queria também dar nota de que o Penha Jazz fez dez anos e, portanto, continua a ser uma iniciativa de sucesso que já mobiliza este setor e que já reconhecida na área do jazz como sendo um evento importante na cidade e, portanto, mais uma vez, o fizemos e ficava à disposição da Assembleia para as questões que queiram colocar. Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Presidente. Senhora Deputada Maria Marreiros do Bloco de Esquerda. -----

Deputada Maria Marreiros, do BE: Obrigada. Temos só aqui uma questão relativamente às questões da higiene urbana. Saudamos, apesar de não ser uma medida da Junta e ser da Câmara, saudamos a introdução da recolha seletiva do lixo na Freguesia, mas concordamos que a comunicação falhou e nesse aspeto concordamos que, que deve ser feito um pedido de reforço junto da Câmara, mas também foram reportadas situações em que depois da entrega dos contentores nos prédios, retiraram ecopontos. Portanto, estão a ser retirados ecopontos, e nós queríamos perceber porquê, porque não nos parece que seja uma Freguesia com demasiada recolha e, portanto, achamos que os ecopontos devem ficar e só ser substituídos depois da medida estar implementada e a correr tudo como deve ser. -----

Também em relação ao pagamento de coimas queríamos perceber quando é que vão começar a ser cobradas, porque consideramos que também a ser feito só aqui num futuro, daqui a uns meses, ou passado um ano, mas não para já. E, falou aqui nos pontos de compostagem que temos e queríamos saber se há possibilidade de alargar essa medida para o resto da Freguesia porque achamos que é importante. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Deputada. Senhora Deputada Ana Calado, da CDU. -----

Deputada Ana Calado, da CDU: Obrigada Senhora Presidente. Nós queríamos em primeiro lugar, saudar, de facto, a iniciativa da lavagem de ruas com a água da piscina, cumprindo todas as normas que são necessárias. -----

Depois queremos deixar duas questões relativamente à área do bem-estar animal. A primeira é, temos verificado, através de informação escrita, que não há pombos a nidificar no pombal contracetivo. O que nós queremos perceber é se foi, se já foi ou será feita alguma avaliação sobre este facto, o que é que pode estar a acontecer para não haver nidificação aqui no pombal. -----

Depois, verificámos também na informação escrita que terão sido efetuadas capturas de gatos de agosto a outubro, mas noutras Freguesias, e também gostávamos de perceber mais sobre isto. Não havia gatos para capturar na nossa Freguesia? Foram utilizados os recursos da nossa Freguesia nas outras? Portanto, gostaríamos de saber. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada. Não registo mais nenhuma inscrição. Eu pedia que os senhores Deputados que querem usar da palavra que se inscrevam atempadamente. Senhora Deputada Sofia Peralta, do CDS. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Relativamente a esta situação da Informação Escrita da Presidente eu gostava de perceber o seguinte a nível de números, se vai existir, a nível percentual, um desinvestimento da educação, ou seja, se todas as atividades ligadas à educação, que têm estado a acontecer noutras Freguesias, estarem percentualmente a diminuir na área da educação o investimento, bem como na área social, também há um desinvestimento alargado em várias Freguesias de Lisboa, e eu queria perceber se isso está patente também no plano da Senhora Presidente, obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada. Senhora Deputada Idália Tiago, da CDU. -----

Deputada Idália Tiago, da CDU: Obrigada Senhora Presidente. Queríamos colocar algumas questões sobre a situação dos trabalhadores da Junta. É uma questão que nós temos trazido a todas as Assembleias. É uma questão que temos tentado acompanhar, tentado perceber, por um lado, qual é o ponto da situação, qual é a situação real, quer do mapa de pessoal, quer depois das vagas existentes. E temos tentado fazer isto através dos meios que estão ao nosso alcance, através de Requerimentos que têm sido todos

respondidos, têm sido um trabalho ao longo de um ano, mas estamos a tentar, estamos a conseguir ter algumas ideias. De qualquer maneira há aqui uma dúvida que nós não conseguimos perceber que é as vagas no mapa de vinte e dois, para assistente operacional para cantoneiros, assistentes operacionais, são 11 e passam em 2023 para 17, queríamos tentar perceber o que é que se passa aqui, de qualquer maneira, o panorama que nós temos sobre o qual temos falado e que nos tem chegado não é animador. E através dos dados que conseguimos obter podemos concluir que é um facto, há precaridade laboral na Junta de Freguesia da Penha de França, há falsos recibos verdes na Junta. Há pessoas que estão a trabalhar nestas condições desde 2015, 2019, 2017, portanto, isto são sítios, são locais de trabalho, é trabalho que é feito todos os dias e, portanto, não está regularizado. Depois, acompanhámos o concurso que a senhora Presidente tem falado, o concurso que está a decorrer para doze vagas, sete higiene urbana e cinco na área da educação, e está a ser preenchido, portanto, há candidatos suficientes, até há candidatos a mais. Portanto, a ideia da última assembleia em que as pessoas não queriam, não concorriam, não apareciam, enfim, se calhar, para trabalhar a setecentos e quarenta euros a recibos verdes, se calhar não queremos, não é? Não quer ninguém. Mas, enfim, para regularizar a situação e apresentar-se ao concurso, aparentemente, já há pessoas. De qualquer maneira, estamos a imaginar que os lugares que estão aqui, as pessoas que estão aqui com salários mais baixos são os que, em princípio, irão ser integrados e se correspondem a estes lugares do concurso. De qualquer maneira, ficam a sobrar vinte e quatro trabalhadores nestas condições. E depois a coisa é muito diferente, nós temos pessoas que estão a recibos verdes, mas que ganham três mil e seiscentos e noventa euros e temos pessoas que estão a recibos verdes e que ganham oitocentos, novecentos, mil. E, portanto, eu não acho, não faço ideia, se a pessoa que ganha três mil e setecentos euros ganha muito, não faço ideia. Mas sei que o que ganha mil, ganha pouco. E essa é a nossa preocupação, não é quem está aqui a ganhar muito, é com os que estão aqui a ganhar muito pouco, e estão a ganhar muito pouco numas condições de instabilidade muito grande e, portanto, não conseguimos aceitar nem entender isto. -----

Depois, olhando para o que está a acontecer neste momento com o esforço e a decisão do concurso e com as intenções que estão no programa, que são boas, tentar regularizar

estas situações, mas depois não encontramos correspondência nos valores, no orçamento, na proposta do Orçamento. E, portanto, não conseguimos perceber, aliás, o que nos aparece é que há um aumento dos valores nas avenças que imaginamos, e queremos acreditar, que são os aumentos salariais e que não é mais avenças e menos contratos efetivos, mas de facto há uma diminuição também no pessoal em funções. Enfim, de qualquer maneira, isto não nos anima porque não nos dá indicações de que vai haver uma alteração substancial ou mais do que este concurso que está aqui, pelo menos, tanto quanto conseguimos perceber dos valores que vêm no orçamento, isto não é possível. Portanto, insistimos, é urgente, é mais do que justo regularizar a situação laboral destas pessoas, é inadmissível que sejamos nós, o Estado, a sermos o mau exemplo enquanto empregador e a mantermos esta situação no limbo da ilegalidade, ou se não for ilegalidade é imoral, que as pessoas estejam há variadíssimos anos sem saber o que é que é a sua vida no ano seguinte. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada Idália Tiago. Senhora Deputada Sofia Peralta, do CDS. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Eu venho aqui reiterar tudo aquilo que o PCP acabou de dizer e, mais uma vez, deparámo-nos com o tal contrato que, entretanto, eu estive a investigar esse contrato de cinco mil euros por mês de uma entidade que se chama Reference Partner. Se somarmos esse contrato de cinco mil euros por mês mais aquilo que é gasto da revista Penha, que cada vez mais nós temos a opinião de que somente serve para publicidade às atividades da Junta e que eu acho que estamos numa altura de grande crise económica e essas gorduras, que é aquilo que na nossa área de comunicação nós chamamos as gorduras, nós somos logo os primeiros a ser afetados por isso, mas eu não vejo isso a acontecer nesta Junta. Porque, por exemplo, aquilo que o PCP acabou de dizer, são vinte e quatro trabalhadores, somando esse valor, distribuindo pelos trabalhadores, se calhar já era um garante de pelo menos a crise não só afetar tanto como os irá afetar. E isso aconteceu noutras Freguesias. O PCP negociou e conseguiu o aumento dos trabalhadores exatamente com esse corte de gorduras nomeadamente nas revistas, panfletos, contratos de assessoria de dois mil e quinhentos e cinco mil euros e conseguiram essa negociação porque, se não, os orçamentos não passavam, pronto.

Portanto, eu acho que é muito importante salvaguardar estes trabalhadores e, ao mesmo tempo, verificar estes contratos de avenças, nomeadamente este contrato de cinco mil euros, porque realmente não se compreende como é que uma entidade que tem como função comunicar ou fazer uma medição entre o Executivo e os moradores e, mais uma vez hoje, está aqui um morador a dizer que só hoje é que lhe reformaram para responder a uma questão que tinha. Portanto, essa empresa, que ganha cinco mil euros por mês está a trabalhar mal. E mais, uma Junta de Freguesia ter um assessor de imprensa ou uma empresa de comunicação a ganhar cinco mil euros, para mim, é um insulto, porque, é uma Junta de Freguesia. Com certeza que terá no Executivo e quando forma o Executivo e quando se apresenta a eleições à população, um dos elementos, um dos vogais, ou umas das pessoas que deveria estar nesse Executivo, deveria ter algumas noções de comunicação. Pelo menos, quando se formula um Executivo e se pensa nesse Executivo, pelo menos normalmente há uma pessoa para a ação social, há outra para a área da saúde, há outra para área da comunicação, há outra para a área económica. Portanto, normalmente, é assim que se formam os Executivos, mas eu já percebi que nesta Junta não. Nesta Junta o objetivo é ir buscar assessores que cobram avenças milionárias, e depois se só cobrassem uma avença milionária aqui, nós até compreendíamos que estávamos a ajudar uma pequena média empresa. O problema é que esta empresa Reference Partner cobra avenças milionárias a pelo menos dez Juntas de Freguesia, todas essas nesse valor. E estamos a falar de uma Unipessoal, uma Unipessoal. E, por exemplo, uma agência de comunicação como uma GCI, que é uma agência a nível nacional, tem avenças a outras Freguesias a mil euros por mês, portanto, eu gostava realmente de ver esclarecido este assunto. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada. Senhora Deputada Lourdes Borges, do PSD. -----

Deputada Lourdes Borges, do PSD: Boa noite a todos e a todas. Em primeiro lugar quero agradecer aos moradores que ainda não tive oportunidade de agradecer de terem participado no início desta sessão. Em relação ao orçamento participativo do Forte de Santa Apolónia, gostaria de saber qual é o ponto da situação porque também foi solicitado à Junta um pedido de informação junto da Câmara sobre essa situação. -----

Em relação à requalificação da Parada do Alto de São João, eu sei que já um ponto falado anteriormente, mas só agora é que eu entendi falar e sugiro que a Senhora Presidente, caso seja possível, nos envie qual é o projeto que foi aprovado que é para a gente também ter uma noção como é que irá ficar aquele espaço. -----

Em relação aqui à informação escrita não vejo qualquer tipo de menção aqui em relação ao grupo de voluntários da Proteção Civil, visto que estamos a atravessar já alguns dias problemas a nível de cheias e de outras situações, julgo que seria importante darmos aqui uma continuidade a este processo de modo também a garantir às pessoas uma maior segurança sobre essa situação. -----

Em relação aos atendimentos da vogal da Junta, pronto, também não concordo que seja feito por uma pessoa que não tem habilitações para tal efeito, mas pronto, acho que devem esclarecer essa situação e provar que realmente, tal como a senhora Presidente disse, que não faz esse tipo de atendimentos. Acho que nós todos devemos ser esclarecidos em relação a isso. É só. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada Senhora Deputada. Senhor Deputado Rui Seixas, do BE. -----

Deputado Rui Seixas, do BE: Boa noite a todos aqui presentes e também lá em casa, apenas queria, e em relação à informação escrita da Presidente, abordar uma questão que também já foi aqui falada, que é a questão do bem-estar animal, e uma vez que é um pelouro desta Freguesia, é que a informação continua sempre muito pouco perceptível. Vemos ajudas pontuais, ao longo do texto, mas conseguimos sem perceber algum fio condutor de que efetivamente quantos animais foram ajudados, foram tratados, ou que foi dado apoio financeiro para o seu tratamento, e faz-me lembrar um trabalho de um aluno de quarta classe, a gente chega aqui a metade de uma página e a gente consegue perceber que houve a consulta de não sei quem, uma ecografia de não sei do quê, a eutanásia do outro animal, o reforço da vacina, e parece que foi, que é uma história, enquanto nós devíamos é saber é quantas consultas foram realizadas, quantos tratamentos foram feitos. Isto se calhar mostra aqui é efetivamente o tipo de trabalho que tem sido feito dentro deste ponto, dentro desta área que é a ajuda, é a caridade pontual. Efetivamente saudamos a questão da bolsa solidária animal, que é importante, mas parece-me que aqui na

informação e, aliás, aparece até aqui no folheto que nos foi cedido, que é para ajudar agregados familiares. No entanto, parece que esta bolsa solidária apenas ajuda colónias. Não temos nada contra esta bolsa ajudar só colónias, mas achamos que deve haver sem dúvida, a partir do próximo ano, ou que comece a ser desenvolvido um projeto em que haja um verdadeiro projeto na área do bem-estar animal, ainda por cima de acordo com as alterações climáticas. Saber, por exemplo, na bolsa solidária animal, esta ajuda é pontual, é uma ajuda que é feita mensalmente é só para comida, os tratamentos estão incluídos? E o tratamento, que tipo de tratamentos podem estar incluídos? Se o animal tiver que fazer uma cirurgia de mil euros ou tiver falta de comida... o que é que fazemos aqui nesta situação. E isso não está explícito. E, por isso, achamos que devia existir era um fio condutor em que são doados não sei quantos alimentos, não sei quantos quilos de alimentos para determinadas associações, que protocolos é que estão a estabelecer com clínicas veterinárias da Freguesia para terem preços mais acessíveis se calhar para os utentes da Freguesia, que abrigos é que estão a ser e que colónias estão sinalizadas e que estão continuamente a ser tratadas? E não só ter informação que foi o Pirolito que foi vacinado, que não deixa de ser importante, obviamente, mas este tipo de informação não retrata mesmo o que é o projeto do bem-estar animal. Obrigado. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: A Senhora Deputada Sofia Peralta do CDS. ----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Relativamente ao Forte de Santa Apolónia, pronto, nós esta semana que passou tivemos a conclusão do relatório relativamente a esta questão, relatório esse em que ficou efetivamente provado que a proponente do jardim urbano para dentro do Forte de Santa Apolónia não tinha sido informada sobre as mudanças do mesmo apesar de, infelizmente, terem tentado alterar o relatório, o mesmo não foi alterado, e ficou lá escrito, apesar de ter havido ali uma pressão para que tirassem informação, ficou mesmo escrito que a proponente nunca foi informada das alterações ao orçamento participativo, o que traz aqui um grave problema porque, segundo nós tivemos a avaliar no relatório, haveria uns dinheiros que tinham transitado, e dinheiros esses que há, portanto, há quatro anos consecutivos que se pergunta onde é que estão, que era o dinheiro para a requalificação do Forte de Santa Apolónia, sendo que no meio desse relatório depois aparece que possivelmente há uma junção, só que aqui a junção, para nós,

é-nos completamente indiferente porque nós queremos saber se o dinheiro está presente, se transitou, se não transitou no atual orçamento. Porque segundo, até foi o Deputado, na altura, o Deputado Afonso Costa que levantou esta questão, tinham desaparecido cerca de sessenta mil euros do orçamento relativamente a essa requalificação do Forte. E depois vem outra questão que é... portanto, nós temos a questão do forte, temos a questão do jardim urbano que pelos visto, e segundo as perguntas que foram feitas a ambas as Presidentes de Junta, São Vicente já disse que não tem problema nenhum e que, aliás, que, que o parque se foi votado para São Vicente deve ir para São Vicente, nós também temos a questão de que gostaríamos ter um parque inclusivo na Mouzinho de Albuquerque e continua, portanto, toda esta questão que poderia ser resolvida rapidamente. Relativamente a este dinheiro, eu mais uma vez, e vou agora quando estivermos também na parte do orçamento, eu gostaria de saber onde é que foi investido este valor, já me disseram que pelo menos trinta mil foi num estudo, mas ainda faltam aqui outros valores, e relativamente às hortas as pessoas continuam sem saber nada, portanto, as hortas, as pessoas não sabem para onde é que vão, não sabem o que é que vai acontecer, a Câmara Municipal também não as informou sobre o assunto, e eu gostava que esta situação ficasse esclarecida de uma vez por todas tendo em conta que, pelo relatório, aquilo que ficou patente a pessoa que apresentou a petição, a preponente, tinha razão e que nunca foi informada que tinham mudado o projeto dela, nunca foi informada atempadamente, e como sabe, nos orçamentos participativos, os regulamentos são absolutamente transparentes e que as preponentes têm que, para além de concordar com a mudança, tem que acompanhar o processo quer seja da própria obra, adjudicações, tudo isso, e nada disso está a ser feito, pelo menos, até ao término do relatório que foi, penso eu, não nesta segunda, mas na outra segunda-feira passada. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada. Não registo mais nenhuma inscrição e queria lembrar que a Junta terá agora trinta minutos para responder às questões que foram colocadas, ou seja, não é depois da Junta responder que voltamos a fazer novas perguntas. Não. Por isso é que a Junta apresenta, todas as Forças Políticas põem as questões que acham que devem colocar e a Junta agora responderá a todas as questões que foram colocadas. Senhora Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta de Freguesia: Muito obrigada Senhora Presidente, muito obrigada pelas questões que colocaram. Relativamente à recolha seletiva, vamos efetivamente reforçar a comunicação, portanto, houve o período inicial de comunicação, a Câmara Municipal de Lisboa distribuiu folhetos nas caixas do correio, colou papéis nas portas dos prédios e a Junta divulgou o projeto. Cientes de que, aparentemente, esta primeira vaga, diria eu, de informação não foi suficiente, vamos de novo contratar a empresa de distribuição da revista da Junta que está habituada a ir às vinte e duas mil casas, às vinte e duas mil caixas do correio, colocar os folhetos, naqueles sítios onde está a ocorrer este projeto da recolha seletiva para termos a certeza absoluta de que efetivamente chegam às casas dos moradores para que as pessoas tomem consciência do assunto e possamos dialogar com elas e efetivamente poder implementar este projeto que consideramos que é uma mais valia para todos nós. A retirada dos ecopontos não é correta, isto é, neste momento, a Câmara Municipal de Lisboa está a proceder à substituição dos ecopontos à superfície por aquele sistema de eco-ilhas enterradas, pronto, esse é o futuro, não é? É a segunda fase, diria eu, de ecopontos. E, portanto, aquilo que se sucede nas zonas onde é introduzida a recolha seletiva porta a porta é que são retiradas as eco-ilhas de superfície e passam apenas a contar com os ecopontos enterrados, e porquê? Porque quando a recolha é seletiva, porta a porta, os ecopontos passam a ser um apoio, porque a grande parte dos resíduos é removida em cada prédio, e daí tornar-se menos necessária a existência das eco-ilhas. Percebo, no entanto, o que dizem, numa fase experimental, se calhar, vamos articular com a Câmara Municipal se calhar um ritmo mais lento da retirada desses ecopontos de superfície. Porque a Câmara está efetivamente a proceder à substituição de todas as eco ilhas à superfície por ecopontos enterrados, portanto, esse é um movimento que está a acontecer concomitantemente. Mas, de facto, faz algum sentido aquilo que dizem. -----

Relativamente à questão das coimas, e acho que é mais frente, mas se calhar diria já, as coimas não vão ser aplicadas a curto prazo. E, portanto, há uma sensibilização das autoridades nesse sentido justamente porque estão conscientes de que há aqui um período de adaptação e que, portanto, as pessoas devem ter tempo para se adaptar. -----

Temos equipamentos de compostagem na Quinta de Santo António, nas traseiras da Quinta do Lavrado, disparte, da Castelo Branco Saraiva. O que é que se passa, o projeto da compostagem inicialmente foi pensado pela Câmara Municipal de Lisboa para zonas onde há arvoredo, onde há bosques, jardins, árvores, digamos, quase como um complemento da estrutura verde, e numa Freguesia como a Penha de França onde há poucos espaços verdes, eles não estavam pensados, e, portanto, foi precisa muita insistência nossa para que implementassem na Freguesia um sistema de compostagem e, portanto, temos esse primeiro, os moradores receberam formação, portanto, as pessoas que se quiseram candidatar a utilizar a compostagem receberam formação para o efeito, para aprenderem a triagem dos resíduos e o que é que podem utilizar, o que é que não podem pôr na compostagem, eu creio que já está na altura de fazermos um balanço da aplicação desse projeto, eventualmente fazermos novos sítios onde as pessoas possam fazer compostagem em complemento, como disse, e bem, da recolha seletiva, porque faz parte desse projeto utilizarmos os orgânicos para deixarem de ir para os indiferenciados e passarem a poder ter uma nova vida na compostagem. -----

Relativamente à questão do bem-estar animal e, nomeadamente, do pombal contraceutivo, nós vamos fazer um balanço do projeto com a Câmara Municipal de Lisboa para tentar perceber o que é que corre menos bem. Constatamos, por exemplo, que há pessoas que põem lixo dentro do pombal, que é uma coisa tristíssima, e acho que o pombal não é remotamente parecido com um ecoponto ou com um contentor do lixo e, portanto, e não sei se é isso que explica a menor adesão, há quem diga que o projeto em si, ou seja, que o espaço físico, o pombal em si que não terá a configuração mais adequada, eu não sou entendida nessa matéria, não tenho opinião sobre isso, mas de facto acho que temos que, como sabem, os pombais contraceuticos resultaram de um orçamento participativo, nós quando pusemos na Penha de França já eles estavam em utilização na Freguesia de Benfica, que eu soubesse. Creio eu Benfica, pelo menos, e, portanto, acho que está na altura de tentarmos perceber se há alguma coisa a melhorar. -----

Relativamente à captura de gatos noutras Freguesias, o que é que sucede? Não sucede, bom, vamos lá a ver, nós na Penha de França nós já temos um projeto em andamento há alguns anos, portanto, desde dois mil e quinze, creio eu, se não foi dois mil e quinze, pelo

menos em dois mil e dezasseis que já estamos a fazer e, portanto, já estamos numa fase em que temos as colónias mais ou menos controladas, com exceção de gatos que sejam abandonados em colónias que já estão controladas, quando digo controladas com o seu efetivo esterilizado e conhecido e chipado, portanto, já estamos numa fase bastante adiantada do projeto na nossa Freguesia. O que é que sucede, às vezes nas Freguesias limítrofes, ou porque os gatos fogem para território de outras Freguesias ou porque às vezes é pedida ajuda, é essa a razão pela qual há capturas pontuais noutras Freguesias. Porque nem todas as Freguesias também têm este projeto Bem-estar Animal como a Penha de França, não sei têm essa consciência, eu creio que todos sabemos isso e, portanto, às vezes há pedidos específicos, e concretos e pontuais de ajuda para outras Freguesias que não têm estas preocupações e sobretudo esta estrutura montada que nós temos. -----

Estou a seguir as ordens das intervenções. Não, não temos previsto nenhum desinvestimento na educação nem na ação social. A única coisa que acontece na educação é que tem vindo a haver uma progressiva diminuição do número de alunos, e, portanto, inclusivamente este ano o CAF - componentes de apoio à família tiveram uma devolução de dinheiro à Câmara Municipal por diminuição do número de crianças, mas isso é um problema demográfico do país, não é intenção da Junta de maneira nenhuma desinvestir na educação ou na ação social. -----

Relativamente à questão dos trabalhadores precários, como já tive oportunidade de dizer, creio eu a todos os Partidos, ou pelo menos a todos os partidos com os quais reuni agora a propósito da preparação do Orçamento, a Junta de Freguesia vai equiparar, finalmente, neste próximo ano orçamental, a remuneração dos cantoneiros prestadores de serviços à remuneração base de entrada na Administração Pública dos cantoneiros funcionários públicos, digamos assim, ou com contratos em função pública, que era uma reivindicação já antiga e que é de toda a justiça e, portanto, daí talvez aquilo que dizia do aumento do montante das avenças. E, portanto, vamos fazer isto. Vamos continuar o concurso, vamos terminar o concurso, aliás, já está mesmo, creio eu, em fase final, e vamos, certamente, continuar a abrir mais concursos, quer para cantoneiros, porque é sempre uma área muito carente porque também, creio eu, que é das áreas onde temos mais

saída de trabalhadores, quer por aposentações, quer, infelizmente, por falecimentos, do que outras áreas da Freguesia, da Junta, aliás, e, portanto, vamos continuar a abrir concursos não só para regularizar situações mas também para admitir mais trabalhadores, porque efetivamente é uma área também muito intensiva do ponto de vista de mão de obra e, portanto, requer muito trabalho. Mas também queria dizer que já temos aberto concurso e nem sempre aqueles que estão com prestações de serviço concorrem aos concursos que nós abrimos e, portanto, às vezes também são opções individuais de cada pessoa, e legítimas, ainda que nos possam a nós causar estranheza. -----

Depois, queria lhe dar nota que essa avença em concreto que fala, que é da diretora técnica da piscina, que, portanto, mas eu só lhe estou a dar esta nota, por dois motivos, primeiro porque é a equiparação em termos de prestação de serviço àquilo que ganha o diretor técnico numa piscina da Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, nós fazemos corresponder essa remuneração àquela que uma pessoa, um técnico superior a exercer as funções de diretor técnico numa piscina da Câmara Municipal de Lisboa quando é funcionário público auferir, a que acresce o IVA, não é? Que, como, as prestações de serviço implicam o encargo para a Junta do IVA, mas que o trabalhador, como sabem, não recebe, portanto, vai para os cofres do Estado, nesse caso concreto até porque a diretora decidiu deixar de o ser vamos circunstancialmente porque as condições assim o permitiram, vamos admitir, virá em mobilidade a que era até agora diretora técnica da piscina de Arroios, porque ia regressar à Câmara Municipal de Lisboa, e, portanto, deu-se esta circunstância feliz da nossa, da diretora da Penha de França querer ir-se embora e de haver esta disponibilidade, portanto, vamos para este lugar, que era um prestador de serviços, passar a ter em mobilidade um trabalhador em funções públicas e, portanto, queria lhe dar esta nota, uma vez que menciona expressamente, e, portanto, daí esta explicação comprida para lhe dar esta boa notícia, diria eu, desse ponto de vista, e, portanto, há prestações de serviço para além daquelas habituais de que sempre falo, dos profissionais liberais, dos médicos, existe já o meu compromisso de abrir também concurso para as assistentes sociais, temos duas e, portanto, de as integrarmos no quadro, é um trabalho que vamos fazendo paulatinamente, mas também queria dar esta nota, e porque estamos neste ponto em concreto, esta equiparação dos prestadores de serviços,

que trabalham em funções análogos às de cantoneiro, há remuneração, há retribuição da função pública, é um encargo acrescido para as finanças da Junta, e, portanto, nós já temos cerca de quarenta e seis por cento da nossa, dos nossos encargos, da nossa despesa, com custos de pessoal, e, portanto, enfim, como digo sempre, e lembrando que as finanças da Junta são aquelas que foram definidas em dois mil e doze, quando foi a reforma administrativa da cidade de Lisboa, e o salário mínimo foi sempre aumentando e os portugueses têm vindo a recuperar rendimento e, portanto, isso, constitui sempre uma preocupação para a Junta de Freguesia e tentamos sempre encontrar aqui algum equilíbrio entre aquilo que nós despendemos na remuneração dos nossos trabalhadores, indispensável, obviamente, mas também, depois do que é que fica para além disso, para o desenvolvimento de todas as outras atividades, enfim, de que fazem parte das competências da Junta de Freguesia e que se traduzem na vida diária das pessoas que cá moram, e, portanto, temos sempre este equilíbrio difícil. -----

Já temos tido este diálogo com o CDS a propósito da comunicação, nós continuamos a achar que a comunicação é importante, aliás, como e vê, por acaso, circunstancialmente, neste caso concreto da recolha seletiva, é mais uma demonstração de como a comunicação da Junta pelos seus canais é sempre mais bem feita e cumpre funções que a da Câmara não consegue. Este projeto da recolha seletiva com a comunicação da Câmara Municipal não consegue efetivamente chegar a toda a gente, porque nós estamos cá no território, nós conhecemos as casas, as caixas do correio, já estamos habituados a fazer essa distribuição, aliás, ofereço sempre essa distribuição à Câmara Municipal de Lisboa, sempre que a Câmara Municipal tem um projeto qualquer e pretende fazer chegar eu ofereço, aliás, por exemplo, sucedeu isso quando foi o passe 65 gratuito para os idosos, quando a Câmara mandou para cá, eu ofereci à Câmara, a Câmara entendeu não utilizar essa possibilidade, de nós próprios pormos nas caixas do correio porque sabemos que a nossa revista que, entre parenteses, também divulga a atividade da Assembleia de Freguesia e sobretudo a atividade da Freguesia da Penha de França e, muito menos, a da Junta de Freguesia propriamente dita, temos consciência de que conseguimos chegar efetivamente a muito mais moradores do que quem não seja do território. E, portanto, continuamos a achar que a comunicação é uma mais-valia para as

peças da Penha de França. Aliás, aproveito, esse, esse exemplo do folheto também é fruto do trabalho da comunicação, esse folheto que a senhora Presidente da assembleia de Freguesia, acabou de falar de Bem Estar Animal e de divulgação do Bem-estar Animal junto das crianças em idade escolar, surge de uma proposta da comissão do Bem Estar Animal, e, portanto, hoje em dia vivemos num mundo de comunicação e chegar efetivamente às pessoas aqui no caso, numa Freguesia muito diversa em termos até demográficos, continuamos a achar que a revista é de facto o melhor meio para chegarmos a todas as pessoas. Apostarmos só nas redes sociais, na internet, é excluir uma parte importante da nossa população e, portanto, continuamos a achar que isto faz sentido e é útil. -----

Relativamente ao Orçamento Participativo do Forte de Santa Apolónia, essa matéria está neste momento a ser discutida na Assembleia Municipal e, portanto, como a senhora Deputada Sofia Peralta acabou de dizer, estava-se a referir a um relatório da Assembleia Municipal, e eu não sou Presidente da Câmara, portanto, o orçamento participativo é um projeto da Câmara Municipal de Lisboa, no qual a Junta de Freguesia dá um parecer não vinculativo, o regulamento é municipal é um projeto municipal, os serviços são da Câmara municipal. A informação que temos dada pelo senhor Vereador Diogo Moura quando foi ouvido na Assembleia Municipal é que o projeto está em condições de ser executado e penso que sê-lo-á em função daquelas que forem as conclusões da Assembleia Municipal. É a informação que tenho dada pelo Vereador que tem este pelouro. -----

Relativamente à parada, tenho todo o gosto em enviar à Assembleia o projeto de requalificação da parada do Alto de São João, vou pedi-lo à Câmara Municipal de Lisboa tal qual ele estará prestes a ser iniciada a sua execução. -----

Proteção Civil, mais uma vez, está dependente da formação que é dada periodicamente e que ainda não foi retomada pela Câmara Municipal de Lisboa. Vamos continuar a insistir nesse domínio porque, como disse, há muitos agentes de proteção civil cujas formações, cujas certificações, já expiraram e, portanto, temos que as renovar pós pandemia, mas essa formação é sempre dada pela Câmara Municipal de Lisboa. Nós continuamos a ter a nossa parceria com rádio amadores, continua a ter o seu núcleo no

Mercado de Sapadores, continuam a participar nas nossas atividades, fazem os seus exercícios, bem como os agentes de proteção civil que já existem e já estão registados na Junta de Freguesia, mas falta essa componente importante. -----

Relativamente à questão do bem-estar animal colocada pelo BE. Bom, vamos lá situar, e eu creio que, às vezes, faz sentido nós voltarmos a dizer: tanto quanto eu sei não há outra Junta de Freguesia da cidade de Lisboa e, se calhar, provavelmente, do resto do país que tenha um projeto de bem-estar animal como a Penha de França, em primeiro lugar. Em segundo lugar, nós começamos por ter um projeto que apoia as famílias carenciadas. Nós achamos que o bem-estar animal faz sentido ou por razões de salubridade e saúde pública ou por razões de acharmos que a nossa consciência nos dita que os animais de estimação são membros da família, e, portanto, devem ser tratados como tal, mas o nosso projeto está iminentemente virado para as famílias carenciadas e, portanto, é essa razão pela qual, felizmente, não é?, não é um projeto generalizado porque não apoiamos as pessoas, as famílias, os animais de estimação das famílias que não têm carência económica que podem suportar as despesas dos seus animais de estimação. No entanto, queria dar nota, na sequência de reuniões que fizemos com o PAN, vamos no próximo ano, iniciar um projeto de dar consulta e oferecer microchip a animais de estimação que venham, que sejam provenientes de centros de recolha ou sejam adotados de associações, portanto, excluindo a compra e estamos a excluir a compra, porque não promovemos a compra, achamos que há muitos animais que são abandonados em associações, em centros de recolha e, portanto, querendo incentivar a prática das famílias que entendam ampliar as suas famílias humanas com a companhia de animais que venham provenientes de associações, vamos iniciar um projeto que ofereça consultas veterinárias com os veterinários da Freguesia com os quais já temos protocolos e o microchip, como sabem, neste momento é obrigatório por lei, portanto, alargando assim o âmbito deste projeto, mas que começou, realmente, circunscrito às famílias com carência económica e, obviamente, quando apoiamos, apoiamos sempre, não é? E não estamos sempre a dizer na informação escrita quando iniciamos o apoio e desde que as famílias mantenham as carências que como eu dizia há pouco o apoio que nós damos às famílias com carência depende, obviamente, da manutenção da situação de carência, nós continuamos sempre a

dar esse apoio. Depois o que existe são situações pontuais de pessoas que ocorrem à nós com que não estavam sinalizadas como famílias com carência, mas que vêm a ter connosco e é o meu cão e o meu gato que está muito doente e quando se faz a avaliação daquela família conclui-se que aquela família tem carência e que para além disso tem um animal que precisa de tratamentos complexos que, como sabem, são caros, e portanto provavelmente são esses os casos que estarão relatados pode ser que possamos arranjar uma forma mais racional ou amigável de apresentar a informação, mas a explicação é essa. -----

Relativamente ainda a questão do Forte de Santa Apolónia. A Câmara Municipal de Lisboa, depois de muita insistência da Junta de Freguesia da Penha de França, delegou em nós o estudo da segurança do forte. Como sabem o Forte é património do Estado e, portanto, nunca houve propriamente muito boa vontade por parte da Câmara em investir dinheiro num monumento que não é propriedade da Câmara. Não é propriedade municipal, é propriedade do Estado, mas uma vez que havia dúvidas fundadas quanto a solidez daquele espaço, a Câmara delegou na Junta a realização deste estudo. Este estudo foi feito e as conclusões foram produzidas e entregues à Câmara municipal, sendo que estava prevista a realização de uma segunda fase deste projeto que era a elaboração de um projeto de requalificação daquele espaço, mas quando se fez a avaliação da solidez do Forte concluiu-se, porque estes estudos são feitos por empresas muito específicas, não é qualquer empresa de construção civil que está habilitada a fazer estes estudos e os projetos de recuperação, concluiu-se que qualquer hipótese que a requalificação do forte seria num montante muitíssimo mais elevado do que o valor de delegação de competência que a Câmara tinha atribuído à Junta de Freguesia e, portanto, logo nessa altura ficou determinado que o remanescente desse projeto seria utilizado futuramente noutra obra, noutra intervenção e, finalmente, agora conseguimos a concordância da Câmara Municipal de Lisboa no sentido do remanescente deste projeto da recuperação do Forte de Santa Apolónia ser utilizado na realização de benfeitorias e melhorias na Sede da Junta de Freguesia, nomeadamente, porque já a estar dar sinais de alguma deterioração. Nós, recentemente, eu creio que já tenha dado nota disto aqui na assembleia, se não dei, dou agora. Tivemos os vidros da Sede que já é antiga porque a massa já está velha e aquela é

uma zona muito fustigada quer pelo calor, quer pelas intempéries, quer pelo frio, quer pela chuva. A massa já está antiga, os vidros da janela começaram a cair e caíram para a rua, portanto, ficando nós preocupados com a eventualidade de, inclusivamente, atingirem uma pessoa que fosse a passar pedimos à Câmara Municipal de Lisboa autorização para utilizar o remanescente do projeto da requalificação do Forte de Santa Apolónia para essas obras de requalificação da Sede da Junta de Freguesia enquanto ela existe nas atuais instalações e, portanto, é isso que vai acontecer e creio que conseguiremos responder a todas as perguntas senhora Presidente. -----

----- **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

Proposta nº38/2022 – Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Penha de França relativo ao Projeto do Orçamento Participativo – “Requalificação do parque infantil e pintura de mural na empena do nº45 da Avenida Mouzinho de Albuquerque (OP 2018/19)

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Presidente e vamos passar ao ponto quatro da nossa ordem de trabalhos: Contrato de Delegação de Competência e o título é “Requalificação do parque infantil e pintura do mural na empena do número quarenta e cinco da Avenida Mouzinho de Albuquerque. Recordo que cada senhor Deputado, incluindo, também, a própria Junta, tem dez minutos de intervenção. Senhora Presidente. -----

Presidente da Junta de Freguesia: Muito obrigada, senhora Presidente. Para dar nota de que esta Delegação de Competências visa a requalificação daquele parque que já existe há algum tempo e precisava de ser renovado. Portanto, vamos proceder a colocação de uma estrutura composta por uma torre escorrega e elementos de escalada, um baloiço duplo, um balancé e vamos requalificar a zona envolvente e, portanto, é essa razão a qual vamos receber o Protocolo de Delegação de Competências para este efeito. Vamos também ou vai também a Junta de Freguesia e o Gabinete de Arte Urbana da Câmara Municipal, na sequência de um orçamento participativo para esta zona de executar um mural na empena junto ao parque infantil e, portanto, é esse o conteúdo deste Contrato de Delegação de Competências. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Presidente, senhora Deputada Sofia Peralta, do CDS. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Mais uma vez, relativamente, a este parque de Delegação de Competências deste parque infantil, portanto, venho mais uma vez aqui relembrar que este parque infantil não vai ter nenhum elemento inclusivo e é por isso que o CDS tem lutado, ao longo de todas estas legislaturas, e esta questão do Parque Mouzinho de Albuquerque a nível estratégico iria sim este parque dar apoio, nomeadamente, à escola Patrício Prazeres que tem um núcleo, portanto, de crianças com algumas dificuldades, e a definição do parque inclusivo, não é colocar um parque inclusivo como se fosse um gueto separado em que só crianças com problemas de inclusão é que vão para aquele parque que é o que querem fazer no Forte de Santa Apolónia. Um parque inclusivo tem que ter equipamentos para todas as crianças porque todas as crianças têm que conviver umas com as outras e este projeto de colocar na Mouzinho de Albuquerque, que é o espaço que, efetivamente, vai conseguir colmatar todas as dificuldades dos pais que têm os seus filhos e que poderiam levá-los a um parque e estarem em convívio com todas as crianças, mais uma vez não vai ser efetuado na esperança de que o parque inclusivo vá para o Forte de Santa Apolónia. Ora, nós já sabemos e isto já foi dito várias vezes, inclusive a CDU no relatório frisou isso várias vezes que a localização do parque inclusivo no Forte de Santa Apolónia, a nível de acessibilidades, vai ser um problema para essas crianças. Isso foi, várias vezes, mencionado por todos os Deputados que integram a Comissão à exceção, para grande pena, minha de um Deputado que, por acaso, é do meu Partido Político que não fez o trabalho de casa, não fez o levantamento sobre todas as instituições existentes na Freguesia e afirmou, erroneamente, que existiam várias associações ao redor do Forte de Santa Apolónia. O que não é verdade. A única associação que existe junto ao Forte de Santa Apolónia é para maiores de dezoito anos. Portanto, e ficou também explícito por parte dos vários Deputados que havia aqui, o caso da Mouzinho de Albuquerque já tinha sido um orçamento participativo que já vem de alguns anos para a requalificação e alguns dos Deputados, agora, não sei referir quais, defenderam, realmente, que era uma boa ideia ter ali um parque. Sei que o PCP foram alguns dos Deputados que defenderam que deveria

ser um parque inclusivo e para que todas as crianças possam conviver livremente. Portanto, esta situação que se está cada vez a adensar mais, eu penso que aquilo que está em, aqui o interesse é da população. Nós estamos aqui para servir a população. Por isso é que nós fomos eleitos. Agora, se a Câmara Municipal toma uma má decisão a nível municipal, nós que estamos aqui nas Freguesias e contactamos diretamente com a população, é que temos que lutar para que isso não aconteça. Há bocadinho, ainda relativamente à uma outra questão a senhora Presidente disse que ainda não tinha na sua posse os cadernos de encargo relativamente ao Jardim da Parada. Portanto, que ainda não tinha essa documentação. O projeto final eu já tenho. Portanto, eu não percebo como é que a senhora Presidente não tem o projeto final. Eu, por exemplo, já o tenho e posso facultar-lhe o projeto. Está lá toda a descrição do que vai acontecer no Jardim da Parada e como é que vai ser, os montantes, fotografias, tudo, portanto, eu acho que estamos aqui num passar a bola de um lado para outro, a competência da Câmara, mas aqui há situações concretas, na Mouzinho de Albuquerque deveria existir um parque inclusivo, no que concerne ao Forte de Santa Apolónia deveria existir um jardim e no que concerne ao Jardim da Parada, a requalificação do Jardim da Parada, antes do silo, vai retirar uma série de lugares de estacionamento à população em que vamos cimentar uma enorme zona, em que vamos destruir zona verde, temos ali árvores que são centenárias, e cada vez mais estamos a viver em cidades de betão. Eu compreendo perfeitamente. Eu já vi o projeto e o projeto tem uma zona cimentada enorme, não tem, se ainda tivesse uma zona aprazível, mas não. É aproveitar as árvores que ali estão e depois cimentar, e nós já percebemos pelas desgraças que têm acontecido agora, quanto mais cimentamos a nossa cidade, menos escorrência de água há e mais cheias há porque o plano de drenagem, sim senhora, vai para frente, sim senhora, mas só estará pronto daqui três a quatro anos e até lá vamos estar a cimentar, cimentar, cimentar e quer dizer. Nós fomos eleitos para servir a população, mas eu não acho que isso esteja sinceramente aqui a passar. Há aqui um parque inclusivo que iria servir uma comunidade, que iria servir escolas na Mouzinho de Albuquerque que não vai acontecer. Temos um parque para o Forte de Santa Apolónia que está aqui a passar a bola de um lado para outro e que não vai servir também porque eu não estou a ver as crianças com dificuldades, em cadeiras de rodas, a subir aquela

ladeira que tem uma inclinação acentuadíssima para chegarem ao parque e depois os pais chegam lá e não têm sítios para estacionar os carros e o que é que se vai fazer? Vai se tirar o estacionamento às pessoas para poder pôr o estacionamento com carros com dístico e depois, mais uma vez, vamos ter os moradores a dizer que não têm sítio para estacionar. Isto é uma bola de neve que está a crescer de uma maneira em que realmente nós que estamos aqui, nesta assembleia reunidos, temos que começar a debater com alguma elevação. Realmente o que as pessoas querem a auscultar as pessoas e perceber: isto aqui o que está a acontecer é uma imposição. Pronto. Nós, agora, vamos pôr isto aqui e acolá. Há petições. Há milhares de assinaturas nas petições. As pessoas tentam através das petições, que é o instrumento que têm a sua disposição para fazer valer as suas ideias para a cidade, estão a ser completamente descuradas. Eu, sinceramente, relativamente a esta questão eu vou me abster porque acho que este parque deve ser requalificado. É um equipamento para a Freguesia, mas deve ser dentro das necessidades da população, tendo em conta que a Patrício Prazeres é ali mesmo ao lado e tem um núcleo de crianças com algumas limitações, aqui era o sítio ideal para ter um parque misto, com inclusividade. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Deputada, mas permita-me que, na sua intervenção, fez referência e foi não muito elegante quando diz que os membros da assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia não defendem os interesses da população. Senhora Deputada, talvez, a maior parte das pessoas que aqui estão sentadas nesta sala quer da Junta quer da Assembleia de Freguesia lhe pudessem demonstrar que em defesa da população, senhora Deputada, há uma distância muito grande do trabalho feito ao longo dos anos e não lhe fica bem a senhora tentar dar lições de democracia, lições de comportamento a todos estas senhoras e senhores Deputados, que aqui estão e que nunca lhe deram a si, até por uma questão até de respeito e permita-me, eu diria, até, de educação. Muito obrigada e lições, pessoalmente, não as aceito. Tenho no meu currículo, e estão aqui pessoas que têm no seu currículo, ações que legitimam, exatamente, o que eu estou a dizer e, portanto, não aceito que a senhora venha para aqui, só porque está a ser transmitido publicamente, dar lições de democracia, dar



lições do que é um trabalho autárquico. Se voltar a ter qualquer frase que eu considere insultuosa eu corto-lhe a palavra. Senhora Presidente. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Defesa da honra. Desculpe. Defesa da honra. -

Presidente da Mesa da Assembleia: Pode defender a honra que quiser porque a senhora questionou a honra das senhoras e dos senhores Deputados. Questionou a honra do Executivo e não sei qual é a defesa que vai fazer. Só se vai fazer, vamos lá, contrapor, dizer o contrário daquilo que eu disse, mas tem a palavra por uma razão: porque nós somos democratas. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Nós, como eleitos, estamos aqui a defender aquilo que a população nos transmite e aquilo que a população nos pede e é essa a minha função. Eu não estou aqui a transmitir nada que não tenha sido dito em atos pela população quando fazem petições e se essas petições transmitem o desagrado da população relativamente a determinadas medidas, eu, democraticamente, tenho todo o direito e não estou a ser nem mal-educada, nem estou a levantar falsos testemunhos, e por isso estou a defender a minha honra porque eu sou estou a transmitir aquilo que a população, através de petições, com milhares de assinaturas, pede para a Freguesia. Se é incómodo a esse Executivo aquilo que eu aqui afirmo com legitimidade por parte da população de Penha de França, eu compreendo que politicamente seja um incómodo, mas eu continuo, continuarei a fazê-lo e se democraticamente a senhora Presidente da Mesa da Assembleia me quiser tirar a palavra, fica à sua descrição tirar ou não, mas eu continuarei sempre a defender aquilo que a população faz através de um instrumento que se chama petições e através das petições, eu estou a transmitir aquilo que as pessoas me pediram para eu transmitir. Muito obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhora Deputada, e para encerrar este assunto, eu quero dizer que nenhuma autarca, nenhum autarca usurpou o lugar que ocupa. Só lhe quero dizer isto e penso que me fiz entender para todos. Estamos todos aqui legitimamente eleitos. Não usurpamos lugar nenhum. Senhora Deputada Emília Nunes, da CDU. -----

Deputada Emília Nunes, da CDU: Obrigada. Relativamente aqui à requalificação do parque infantil e pinturas do mural, para nós aqui a questão não é tanto a transferência de competências, porque esta intervenção pode e deve ser competência da Junta, mas sim,

desvirtuar do conceito de orçamento participativo. O orçamento participativo serve para levar a população a organizar-se e a participar com ideias suas, originais e específicas e não como consta neste projeto para arranjar parques infantis que são competências da Junta de Freguesia. Esta situação mostra três pontos: que as pessoas não sentem na sua totalidade as suas necessidades básicas salvaguardadas e não acreditam que a Junta os resolva e que a Junta também tenha conhecimento pleno do que é que as pessoas precisam e assim também temos explicação para que a requalificação de um parque infantil que demore cinco anos a ser concretizada, neste caso específico, também, na verdade, se for a Junta a fazer sem orçamento participativo o tempo que demora a requalificação de um parque demora exatamente o mesmo tempo. Veja-se, por exemplo o caso do parque do Bairro Horizonte. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Deputada. Senhora Deputada. Senhora Deputada Idália Tiago, da CDU. -----

Deputada Idália Tiago, da CDU: Obrigada senhora Presidente. Era só para esclarecer que a nossa intervenção sobre este ponto é sobre este ponto e não sobre aquilo que foi a intervenção da senhora Deputada Sofia Peralta. Aquilo que os representantes do PCP disseram sobre aquele projeto foi no sítio onde o projeto estava a ser discutido que foi na Câmara Municipal ou na Assembleia Municipal. Não é aqui. Não é esse o tema hoje. Não é aqui que estamos a discutir isso e não é daqui e o ponto que estávamos a falar, por coincidência, é um parque infantil, mas podia ser outra coisa qualquer. Portanto, estamos a ter intervenções e a falar sobre a intervenção do PCP na Assembleia Municipal sobre um tema que é da competência da Assembleia Municipal quando nós estamos a discutir uma coisa muito concreta: outro tema, outro assunto na Assembleia de Freguesia da Penha de França. São coisas diferentes e não estou a ver como se pode associar ou colar uma coisa à outra. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Deputada. Senhora Presidente da Junta. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Gostaria de intervir. Desculpe. Gostaria de intervir. Eu tinha a mão no ar. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhora Presidente da Junta. -----



Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Desculpe. Eu gostaria de intervir. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Desculpa. A senhora Deputada inscreve-se... --

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Mas eu inscrevi-me a seguir a... -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Desculpe. Está a se inscrever aqui. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Certo. Acabou de falar a Deputada da CDU, eu posso falar a seguir. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Ouça, está a questionar as inscrições que são feitas aqui pela senhora Segunda Secretária. Está a questionar? -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Mas só uma questão. Senhora Presidente, mas depois ainda vamos poder intervir? -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Com certeza. Estamos a intervir. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: Ah, está bem. Sim, sim, não. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Então, não faria essa pergunta se estivesse dentro do que é o Regimento. Senhora Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta da Freguesia: Obrigada, senhora Presidente. Era só, para além de subscrever inteiramente o que a senhora Deputada Idália Tiago disse é que parece, não só, a senhora Deputada Sofia Peralta está a dirigir-se à Assembleia de Freguesia da Penha de França como se fosse Deputada municipal e se estivéssemos, de facto, na Assembleia Municipal que não estamos está a trazer a colação e a debate nem sequer especificando os relatórios de que fala e que os Membros da Assembleia da Freguesia da Penha de França, não sendo Deputados Municipais, nem sequer percebem do que é que está a falar e, portanto, de facto, como eu disse há bocadinho o orçamento participativo é da Câmara Municipal e, portanto, é lá que deve ser tratada em sede de Câmara e em sede da Assembleia Municipal que fiscaliza a atuação da Câmara municipal. A Assembleia de Freguesia da Penha de França fiscaliza a atividade da Junta de Freguesia e aquilo que aqui se passa e das intervenções que faz dá ideia que não e, portanto, os assuntos são diferentes e não só os assuntos são diferentes, o Forte é diferente e este ponto é um parque totalmente diferente. Para já, não é perto da escola Patrício Prazeres. É junto à Rotunda do Tratado de Lisboa e, portanto, dificilmente, serviria as crianças da Escola Patrício Prazeres e segundo é dar cumprimento a um orçamento participativo. Isto é um projeto e eu vou ler

o que é que aqui diz: “estamos a dar exato cumprimento a vontade da população. Requalificação do parque infantil junto na empena ao número quarenta e cinco da Mouzinho de Albuquerque transformando num parque intergeracional com sombreamento nas mesas para os adultos e outros equipamentos para as crianças, nomeadamente, um escorrega, um baloiço e um balancé. Precisamente os brinquedos que nós colocamos aqui na Delegação de Competência. Portanto, nada neste parque infantil tem a ver com a proposta que esta Assembleia de Freguesia fez de execução do orçamento participativo do parque inclusivo da proponente Patrícia Gonçalves junto à Escola Patrício Prazeres que é lá em baixo na Mouzinho de Albuquerque. Isto é outro projeto. É orçamento participativo, mas é outro projeto e nós estamos a executar, exatamente, aquilo que os proponentes propuseram: a substituição dos brinquedos do parque infantil e até, especificaram, concretamente os brinquedos que pretendiam e são esses que constam do projeto e a requalificação na empena em articulação com o Gabinete de Arte Urbana da Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, se há respeito pela vontade da população é justamente neste projeto e não temos sequer nenhuma informação onde que os proponentes estejam desagradados com a ideia ou que haja divergências ou que alguém a tenha manifestado. O que acontece é que, agora, a Câmara Municipal está a delegar à Junta de Freguesia, a execução deste orçamento participativo que tem um limite de cem mil euros e pronto. Era só para clarificar este ponto que eu pedi para intervir, senhora Presidente. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Presidente. Senhora Deputada Maria Marreiros, do BE. -----

Deputada Maria Marreiros, do BE: Obrigada senhora Presidente. Queríamos, também, perceber se nesta questão dos parques infantis, de facto, pronto, pelo que percebemos não vai haver equipamentos inclusivos e acho que foi na última Assembleia que votamos uma Moção que não especificava qual era o parque infantil, não era sobre a promoção de parques infantis inclusivos, no geral, era isso, certo? Portanto, sabendo e estando todos de acordo que isso é o futuro e deverão ser feitos os parques dessa forma, no futuro, nós não conseguimos compreender como é que este não inclui já isso. Não é possível sugerirmos junto da Câmara, se calhar, fazer a troca de certos tipos de



equipamentos por outros mantendo o mesmo orçamento e, por causa disso, vamos nos abster nesta votação. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Deputada. Senhora Deputada Sofia Peralta, do CDS. -----

Deputada Sofia Peralta, do CDS-PP: É realmente sobre esta questão há dois pesos e duas medidas. Portanto, há um orçamento participativo que é proposto e depois há uma delegação de competências para a Junta que é cumprido, escrupulosamente, como está e como foi proposto e depois há outro orçamento participativo que foi proposto e que aí já é completamente desvirtuado daquilo que era a proposta inicial e que aliás é uma proposta, este orçamento participativo é uma proposta que já vem de há muitos anos a urbanização do Forte de Santa Apolónia, já vem de há muitos anos, até do tempo da doutora Helena Roseta, portanto, isto já vem com muitos anos a esta parte. O CDS efetivamente pediu para que cada parque inclusivo passasse a ter e isso foi aprovado. Porque é assim: quando se faz aqui uma separação entre o que se passa na Câmara municipal e o que se passa na Freguesia, nós temos que perceber que as propostas que são apresentadas em Assembleia Municipal são para beneficiar as Freguesias. Essa proposta do CDS seria em Assembleia Municipal, que cada Freguesia tivesse equipamentos inclusivos. Foi uma proposta levada pela Assembleia Municipal cujo objetivo seriam as Freguesias. Ora, é exatamente disto que eu estou aqui a falar. Eu não estou aqui a confundir nada. Aquilo que está a acontecer é: existem propostas em Assembleia Municipal que beneficiam as Assembleias de Freguesias. Isso foi na altura unanimemente aceite em sede de Assembleia Municipal. Não está a ser efetuado na Assembleia de Freguesia porque esse parque da Mouzinho de Albuquerque se tivesse um equipamento inclusivo iria de encontro a proposta que foi apresentada em Assembleia Municipal que cada Freguesia, todos os parques infantis, deveriam ter um equipamento infantil e foi nessa perspetiva que também se debateu em Assembleia Municipal as questões das Freguesias tanto que foi efetuado nesse relatório da assembleia da Freguesia perguntas às Presidentes de Junta quer da Junta de São Vicente quer da Junta da Penha de França. Portanto, essas perguntas são depois feitas em específico pelos grupos e pelos Deputados na Assembleia Municipal, às Presidentes de Junta para ser em coerência com

as propostas feitas em Assembleia de Freguesia que nós aqui votamos a questão também relativamente ao Forte de Santa Apolónia, também veio a nós, e, portanto, isso não são compartimentos estanques. Portanto, há aqui, obviamente, uma envolvimento de ambas as partes e quando eu falo nessas políticas são políticas que englobam a cidade quer seja a nível local, a Assembleia, quer seja ao nível municipal, a própria Câmara e, portanto, tudo isto foi debatido na Assembleia Municipal, mas com o conhecimento das respetivas Presidentes da Junta as quais foi enviada questões, inclusive com localizações para estes parques inclusivos, às quais as Presidentes de Junta responderam. Portanto, tudo isto está articulado, não são situações estanques. Portanto, é uma articulação política. Obrigada. -

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhora Deputada, tinha dez minutos para falar, ultrapassou em dois minutos e quarenta segundos o seu tempo que eu presumo que a sua colega de bancada lhe daria e daí ter, não lhe ter cortado a palavra. Senhora Deputada Idália Tiago, da CDU. -----

Deputada Idália Tiago, da CDU: Obrigada, senhora Presidente. Eu acho que era preciso ficar claro o que nós estamos a discutir neste ponto porque, às tantas, já ninguém sabe o que é que vamos votar e do que é que estamos a falar e o que é que estamos a discutir. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhora Deputada, tem toda a razão. -----

Deputada Idália Tiago, da CDU: Se estivermos aqui a falar sobre as competências e uma ação de formação sobre as competências e o que se decide na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal e o que é que vem de lá e o que é que vai daqui para lá ficamos aqui a noite toda e não estamos a discutir nada disso. Estamos só a discutir este ponto. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Senhora Deputada Idália Tiago, tem toda a razão e porque nós estamos a discutir o ponto número quatro: contrato de delegação de competências e que diz o seguinte: “requalificação do parque infantil e pinturas de mural na empena do número quarenta e cinco da Avenida Mouzinho de Albuquerque, mas talvez haja aqui gente que não entendeu bem e quis extravasar. Desculpem lá, mas isto deixei falar para não haver problemas, mas agradecia, tivemos, aliás, um Período Antes da Ordem do Dia que poder-se-ia ter falado destes assuntos no período antes da ordem do

dia e tal como disse a senhora Deputada Idália Tiago, nós estamos numa Assembleia de Freguesia, não estamos nem na Assembleia Municipal, nem na Câmara Municipal. Aliás, a própria Câmara como sabem tem reuniões públicas que as pessoas se inscrevem e falam, dizem qual é o assunto que querem expor diretamente aos senhores vereadores. Não percebo porque é que isso ainda não fizeram e vão e é exposto numa Assembleia de Freguesia que tem as suas competências, mas não são as competências nem da Assembleia Municipal, nem da Câmara Municipal e, portanto, agradecia que nós nos cingíssemos aos pontos que estamos a discutir e que ainda vamos discutir e volto a referir que existe um Período Antes da Ordem do Dia onde essas questões poderão ser colocadas e mais. Ainda existiu um outro ponto, não é, que é a Informação Escrita da senhora Presidente da Junta e, portanto, houve dois Pontos onde esses assuntos, senhora Deputada Sofia Peralta, podia ter posto estas questões e veio pôr no ponto número quatro que diz respeito a um Contracto de Delegação de Competências. Quero lhe dizer que se começarmos a extravasar os pontos que estamos a discutir cortar-lhe-ei a palavra. -----

Posto isto e não havendo nenhuma inscrição vou pôr a votação este Contrato de Delegação de Competências. -----

A Proposta nº38/2022 obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	-	-	-	-	1	1	-
Votos contra	-	-	-	-	-	-	-	-
Abstenção	-	3	2	2	1	-	-	1

A Proposta nº38/2022 foi *aprovada por maioria*. -----

PONTO NÚMERO CINCO

Proposta nº39/2022 – 3ª Revisão Orçamental de 2022

Presidente da Mesa da Assembleia: Passamos ao ponto número cinco que é a terceira Revisão Orçamental de dois mil e vinte e dois. Senhora Presidente. -----

Presidente da Junta de Freguesia: Apenas para dar nota, senhora Presidente, que uma vez que foi aprovado o Contrato de Delegação de Competências para a execução do

parque infantil é uma decorrência dessa aprovação a Revisão Orçamental para a incorporação da transferência financeira. Muito obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Presidente. Não registo nenhuma inscrição vou pôr à votação, portanto, esta terceira Revisão Orçamental referente ao ano em que está a decorrer, dois mil e vinte e dois. -----

A Proposta nº39/2022 obteve a seguinte votação: -----

	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	-	-	-	-	1	-	-
Votos contra	-	-	2	-	-	-	1	-
Abstenção	-	3	-	2	1	-	-	1

A Proposta nº39/2022 foi *aprovada por maioria* -----

PONTO NÚMERO SEIS

Proposta nº40/2022 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023

Presidente da Mesa da Assembleia: Passamos, agora, ao último ponto Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três. Senhora Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta de Freguesia: Muito obrigada senhora Presidente. Queria apenas dar umas notas sobre as Grandes Opções do Plano, vamos continuar a investir no espaço público, vamos, nos Protocolos de Delegação de Competências para o mandato, pedir a continuação da obra de reordenamento da Avenida Afonso III. Achamos que é uma obra como se recordam fruto de uma deliberação dessa Assembleia e que pensamos que para além de ter melhorado a circulação pedonal, portanto, as pessoas estão francamente satisfeitas com as condições de segurança com que agora podem circular nos passeios na Avenida Afonso III. É preciso estender essa intervenção para baixo, não é, em direção a Rua Nelson de Barros, mas também é preciso ligá-la à Parada do Alto de São João, uma vez que, inclusivamente, vai ser requalificada. Já temos também, em termos de mobilidade, conversas muito adiantadas quer com a EMEL, quer com o gabinete do senhor Vereador no sentido de, finalmente ultrapassados todos os obstáculos que são, nomeadamente, da ligação das infraestruturas, conseguirmos ter a primeira Estação Gira na Freguesia, não sendo, provavelmente, imediatamente, já estamos a

trabalhar nas futuras localizações, portanto, já estamos a avançar neste domínio, continuar também a pedir a Carris, carreiras que liguem a Freguesia as estações do metro, seja à Alameda, seja a Santa Apolónia, eventualmente, melhorando as carreiras que já hoje em dia servem a Freguesia que são carreiras longas, como sabem, e que têm muitas queixas de atrasos e, portanto, continuar a colocar essas questões. Já pedimos também a instalação de vídeo proteção na Rua Morais Soares na sequência de muitas queixas que temos vindo a receber. Já colocamos esse pedido quer à Câmara municipal, quer à Polícia Municipal, quer à Polícia de Segurança Pública e, portanto, estamos a aguardar a pronuncia destas entidades. Vamos continuar este esforço da introdução da recolha seletiva com a devida informação à população, vamos continuar a manter todos os apoios que tínhamos, estamos em conversações com a Câmara Municipal no sentido de passarmos a confeccionar, localmente, as refeições escolares para as escolas Victor Palla e Actor Vale que, como sabem, já tem as suas cozinhas renovadas e requalificadas e, portanto, já estão em condições de oferecer este serviço, vamos continuar, vamos voltar a fazer os Santos Populares, que achamos que foi uma iniciativa que correu muito bem e achamos que devemos repetir, vamos manter a ‘Junta no Bairro’ que achamos que é uma ferramenta importante de diálogo com as pessoas no seu bairro e temos colhido boa impressão por parte da população relativamente a essa iniciativa. Vamos continuar a lutar pela requalificação do pavilhão desportivo do Varejense, que precisa de ter uma reorientação da sua atual função. Vamos iniciar, a breve trecho, o funcionamento do Espaço Cidadão, junto à piscina, estamos a ultimar com a Agência de Modernização Administrativa os últimos detalhes para que entre em funcionamento. Vamos continuar a adotar ciência energética, nomeadamente, já o fizemos com a substituição das lâmpadas por leds na piscina, mas vamos continuar a utilizar essas medidas e continuar a fazer poupança energética. -----

Queria só dar nota à Assembleia, nesse sentido, não sendo uma medida de grande poupança energética, mas uma vez que tem a ver com questões protocolares, nós desligamos as luzes que iluminam as bandeiras nacional, a bandeira da cidade de Lisboa e a bandeira da Freguesia na Sede, nos termos da lei, as bandeiras devem ser hasteadas e arreadas diariamente. Se não forem, podem estar permanentemente hasteadas desde que

estejam iluminadas durante a noite, e foi sempre o que aconteceu na Junta de Freguesia da Penha de França, elas estavam permanentemente hasteadas e iluminadas à noite e, agora, para poupar energia apagamos essa iluminação e, portanto, era só para dar essa nota à Assembleia. Nós estamos a cumprir a Lei relativamente aos símbolos nacionais, no caso, da bandeira que é a poupança energética. Muito obrigada, senhora, Presidente. -

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada senhora Presidente. Senhora Deputada Maria Marreiros, do BE. -----

Deputada Maria Marreiros, do BE: Obrigada senhora Presidente. Em relação às Grandes Opções do Plano, nós temos algumas questões, algumas que já foram aqui colocadas, mas que continuamos sem ter a certeza de qual será a resolução. Nomeadamente no ponto dois que diz respeito a administração geral, finanças e recursos humanos há um ponto que refere que “a Junta de Freguesia dará execução ao lançamento dos procedimentos de recrutamento que se mostrem necessários a ocupação dos postos de trabalho que vistos e não ocupados do mapa pessoal da Freguesia”. Queríamos perceber quantas vagas vão ser abertas concretamente porque também pedimos esclarecimentos em relação as situações de quantas pessoas estão em contrato de prestação de serviço, os chamados recibos verdes, e ,de facto, constatamos que todas as funções que estão a ser desempenhadas como prestação de serviço são tudo funções essenciais ao bom funcionamento da vida na Freguesia, nomeadamente, temos oito cantoneiros em regime de recibos verdes, temos duas assistentes sociais, cinco auxiliares de apoio educativo pré-escolar. Quer dizer, até a diretora da piscina está a recibos verdes e não conseguimos compreender como é que funções essenciais como estas são sequer contempladas neste regime. Temos uma psicóloga que nem recebe o ordenado mínimo, quer dizer, não se consegue perceber, e neste ponto é mesmo necessário salvaguardar que não há despedimentos como já aconteceu no passado quando este tema foi levantado e foi feita a pressão para que os contratos fossem regularizados houve certas pessoas que foram despedidas mesmo. -----

Relativamente ao ponto doze da gestão territorial, queremos perceber se em relação às atividades em curso no Vale de Santo António, e nas outras zonas que estão listadas, está contemplada a existência de habitação pública, se sim, quantos fogos estão previstos, se

não, propomos que a Junta exerça pressão junto da Câmara. Não sei se é a Câmara que está encarregue, mas se sim, para fazer pressão para que haja habitação pública nestes projetos que vão avançar. E é isto. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Obrigada, senhora Deputada. Senhora Deputada Idália Tiago, da CDU. -----

Deputada Idália Tiago, da CDU: Obrigada, senhora Presidente. Eu começo por confessar alguma surpresa e outro tanto desagrado quando lemos as propostas para o próximo ano e confesso que fomos até confirmar se não era apenas uma sensação, mas é mesmo verdade. O documento tem todo ele um tom mais afirmativo, mais reivindicativo, mais disponível para agir o cumprimento de alguns direitos da população e, naturalmente, o facto do Executivo da Câmara ser outro também pode ter aqui influência. Em todo o caso reconhecemos propostas novas na área da cultura, por exemplo, algumas coincidências, algumas ideias parecidas com ideias nossas, com propostas nossas e outras que nós poderíamos apoiar sem nenhum problema, notamos que as questões da habitação também ganham uma abordagem diferente, não sendo responsabilidade direta da Junta, mas sente-se uma disponibilidade da Junta de uma forma mais ativa para contribuir para a resolução destes problemas com inclusive uma referência a Quinta do Lavrado que também nos deixou bastante satisfeitos. Louvamos, obviamente, a questão do aumento do salário dos trabalhadores da Junta, bem como o concurso que está a decorrer. -----

No entanto, pelas razões que eu já tinha falado sobre o resto dos trabalhadores, que o seu trabalho é fundamental para que depois todas as outras medidas e todo o bem estar da população esteja em causa e depende do trabalho deles e a forma como isto ainda está a acontecer na Junta e não, a precariedade agrava as dificuldades das famílias, a precariedade laboral agrava o empobrecimento das famílias e sabemos que não estamos numa altura muito boa e, portanto, isso vai contribuir e aqui podia-se fazer a diferença e notamos que não acontece ainda assim porque não encontramos suporte nos números que indiquem que esta situação vai ter uma grande alteração. -----

Falou há pouco na questão da reforma administrativa de dois mil e doze. É verdade, está à vista, está à vista até a posição que nós tínhamos sobre isso. Portanto, não era boa coisa que aí vinha e para além de que é preciso mais dinheiro. É preciso pedir mais

dinheiro e, portanto, se calhar, este Executivo também imbuído deste espírito mais reivindicativo possa pedir mais dinheiro ao governo para resolver estas questões que nos parecem fundamentais dos trabalhadores e, portanto, por esta razão, não podemos ir muito mais além e vamos votar contra. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada, senhora Deputada. Senhora Presidente quer usar da palavra? -----

Presidente da Junta de Freguesia: Quero sim. Obrigada, senhora Presidente. Queria esclarecer, então, nós estamos a desenvolver o concurso que está a terminar, e vamos, provavelmente, regularizar alguns desses casos quer cantoneiros, quer auxiliares da ação educativa e vamos, provavelmente, repetir durante o próximo ano mais concursos e também para as assistentes sociais que era uma nota que já tinha dado. A senhora psicóloga dá consultas três vezes, por semana, portanto estará, isto corresponderá nem sei se a meio tempo. É proporcional ao tempo. Não é uma prestação de serviço a tempo inteiro. Portanto, tem a ver com a disponibilidade e com as consultas que a senhora psicóloga faz que para este efeito funciona como profissional liberal como os médicos, como o advogado, e, portanto, creio eu que são situações diferentes do que aquelas que refere e, portanto, o compromisso que nós temos é de continuar a regularizar a todos os trabalhadores precários sem prejuízo, sempre, como eu sempre disse, no caso concreto da higiene urbana, ser sempre necessário recorrer a prestadores de serviço, nomeadamente, para reforçar os contingentes no verão porque as necessidades são sazonais e portanto aquilo que é preciso no verão, em termos de higiene urbana, não é necessariamente aquilo que é necessário no inverno e depois, provavelmente, há pessoas que ficam, porque descobrem que é a vida que querem e, portanto, acabamos por abrir concurso para os integrar e há pessoas que, fruto da evolução da sua vida, encontram outras ofertas de trabalho mais aliciantes e acabam por se ir embora. Portanto, não creio que seja realista um cenário em que nunca haja prestações de serviços na higiene urbana. -----

Por outro lado, queria chamar também a atenção da Assembleia que já aconteceu abrimos concursos, nem todos os prestadores de serviços quererem concorrer, às vezes, as pessoas não querem mesmo concorrer, por motivos que são da sua vida e, portanto, esse cenário de prestadores de serviços zero é provavelmente difícil de concretizar. -----

Relativamente a questão do Vale de Santo António, o Vale de Santo António é um projeto, é um tema, é um programa da Câmara Municipal de Lisboa que já tem muitos anos, estava, neste momento, em curso a revisão do PDM relativamente ao que estava previsto em termos de construção, está determinado que seja um programa de renda acessível com equipamentos sociais e desportivos naquela zona, mas com o investimento privado. Não tenho a certeza, essas questões foram agora, recentemente, colocadas, não creio, não tenho a certeza se esta filosofia se vai manter exatamente pelo atual Executivo camarário, mas neste género de concessão a desenvolver por privados, mas a garantia que existe do Executivo é que o Vale Santo António é para avançar em termos de construção de habitação, mas também tem uma componente, por exemplo, de parque urbano. Eu tenho reiterado o pedido junto a Câmara Municipal, independentemente, do que venha a ser decidido em termos de habitação para aquela zona, eu e a senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, porque é um espaço comum entre as duas Freguesias, que o parque urbano avance. A Junta de Freguesia da Penha de França tem muita falta de espaços verdes e, portanto, é muito importante que um espaço, ainda que seja efémero, seja uma renaturalização daquele espaço e permite as pessoas a fazer circuitos de manutenção, andar de bicicleta ou o que seja. Alguma coisa simples, mas que já permite alguma fruição das pessoas para aquele espaço e, portanto, eu tenho sentido o bom acolhimento quanto a esta ideia. Portanto, eu não tenho nada que me diga que o projeto do Vale de Santo António não vai continuar. Antes pelo contrário. Tenho sentido a reafirmação de que é para continuar, exatamente, em que moldes, não tenho a certeza que ainda haja, se isso já esteja solidificado, diria eu, cristalizado no atual Executivo. -----

Relativamente ao que diz a senhora Deputada Idália Tiago sobre o financiamento, sim, nós não só exigimos à Câmara Municipal o aumento das transferências como achamos também que deve haver alteração da Lei na Assembleia da República de financiamento das Juntas de Freguesias de Lisboa no âmbito da reforma administrativa da cidade de Lisboa. Tanto creio que, acho que não é nenhum segredo, nós estamos a preparar, está a ser preparado uma carta dirigida ao governo nesse sentido. Eu acho que deveria envolver a Câmara municipal e as Juntas de Freguesia de Lisboa no sentido de instar o governo e a maioria que suporta o governo, no caso, o Partido Socialista que está na Assembleia da

República a alterar esta Lei e a resolver este problema financeiro que está a se tornar cada vez mais agudo e aí não deixo de acompanhar, ou por outra, acompanho-a nesta matéria. Não em relação a reforma. Eu acho que a reforma foi boa, acho é que devia ter previsto uma revisão periódica do financiamento porque é como tudo na vida, não é, passados dez anos, felizmente, como digo, os portugueses têm vindo a recuperar renda e rendimentos e, portanto, os trabalhadores da Junta também. As finanças da Junta é que não têm tido o mesmo acréscimo e, portanto, temos que lutar por isso. Muito obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada, senhora Presidente. Senhora Deputada Maria Marreiros, do BE. -----

Deputada Maria Marreiros, do BE: Obrigada. Só porque não fiquei muito esclarecida em relação a questão dos recibos verdes porque disse-me que geralmente é feito um reforço no verão, nomeadamente, e o que temos aqui é que a maioria do contratos foi feita no início do ano ou deste ano ou do ano anterior, portanto, não consigo perceber como é que esse argumento é utilizado para justificar termos cantoneiros, oito em regime de recibos verdes, e até porque num dos quadros numa das listas que nos foram enviados vemos aqui, por exemplo, que uma das pessoas já fez cinco contratos de prestação de serviços para prestar este serviço à Junta e a questão é que não sendo legal, como é que conseguem justificar a existência de trabalhadores em funções essenciais em regime de recibos verdes. Como é que não é feito um contrato à partida, como é que a primeira opção é recorrer a recibos verdes. Ainda se alegassem, quer dizer, anteriormente, já foram utilizados argumentos como temos pessoas que fazem campos de férias e só estão uns dias a prestar o serviço. Agora, uma psicóloga, a questão de ser a tempo parcial, para nós não justifica a questão dos recibos verdes porque há contratos a tempo parcial que não incluem o regime de recibos verdes e era isto e se, portanto, ah, e continuamos sem saber quantas pessoas vão passar a estarem, efetivamente, a contrato até porque o argumento de não existir orçamento, quer dizer, as pessoas estão a ser pagas na mesma, atualmente, estão a ser pagas só que através de outro regime e se a própria Presidente nos diz que recebem o seu ordenado e para além disso recebem os IVAS que têm que descontar, portanto, não estará a Junta a gastar mais dinheiro com esse tipo de contratos do que se as pessoas tivessem com a sua situação regularizada? Tendo em conta o percurso que,

dos últimos anos, neste ponto e a falta de confiança que temos de que o Executivo vai tratar deste assunto durante o próximo ano, somos obrigados a votar contra o Orçamento por causa deste ponto. Obrigada. -----

Deputado António Neira Nunes, do PS: Senhora Presidente. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado Neira Nunes. -----

Deputado António Neira Nunes, do PS: Se o Executivo necessitar de tempo, a bancada do Partido Socialista cede tempo. Se for necessário. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito bem, senhor Deputado. Senhora Presidente. -----

Presidente da Junta de Freguesia: Muito obrigada, senhora Presidente. Só queria dar nota que nunca evocamos razões orçamentais para termos prestadores de serviços de maneira nenhuma e a data das renovações é só isso. É a data das renovações, ou seja, não significa, necessariamente, que as pessoas tenham sido contratadas e esse caso concreto dessa quinta renovação pode ser certamente um dos prestadores de serviços que estejam no concurso e que venha a ser integrado, agora, no concurso nos termos deste concurso que está a decorrer, mas o que lhe queria reiterar é que de facto e depois tem uma coisa: uma prestação de serviço celebra-se instantaneamente. Um concurso demora imenso tempo, portanto, se nos estivéssemos à espera. -----

Deputada Maria Marreiros, do BE: Não é ilegal? -----

Presidente da Junta de Freguesia: Não, não é ilegal. Existe, é ilegal pelo exercício de funções permanentes e como eu lhe dizia a função pode ser permanente. A permanência das pessoas é que não é da Junta de Freguesia. Estamos mesmo a falar de uma categoria profissional em que é mesmo muito difícil a retenção e, portanto, nós sempre temos que colmatar essas falhas com recurso a prestação de serviço, individual ou contratação de empresas. Muitas vezes a contratação de empresas nesta área também tem a ver com isso que é para fazer face a essas mesmas faltas e depois uma coisa que eu sempre digo. O pessoal do Posto de Limpeza que ficou na Penha de França, estamos a falar de trabalhadores já envelhecidos, já com idade, com doenças, com baixas prolongadas, portanto, estamos a atingir diria eu um inverno demográfico, já estamos a

ter muitas aposentações, infelizmente, falecimentos também, ou seja estamos a falar de trabalhadores que saem, que não querem ficar muito nestas funções e, portanto, nós somos mesmo obrigados a compor a nossa estrutura de recursos humanos na higiene urbana com recurso à prestação de serviços ou recurso à empresas, mesmo que estejamos sempre a abrir concursos e fazemo-lo, muitas vezes, e contam com bolsa de recrutamento, mas nem sempre as pessoas se candidatam desde o princípio até ao fim mantém essa vontade e, às vezes, quando chegamos a posse propriamente dita e nós aqui na Junta só temos duas hipóteses de admitir trabalhadores: ou através da prestação de serviços ou através de concurso para admissão, não existe uma terceira hipótese. Não há outra. Nós não somos uma empresa privada que possa celebrar contratos, a não ser os contratos em funções públicas após o concurso de ingresso ou através de mobilidades e também é preciso que as pessoas, às vezes, queiram vir para as Juntas de Freguesias essa é uma outra questão muito relevante que acho que também, às vezes, vale a pena ser debatida. Não é fácil, por exemplo, trazer trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa para as Juntas de Freguesia ou para a Junta de Freguesia da Penha de França que é sobre a qual eu falo. Porque, às vezes, as pessoas preferem ficar na Câmara. Portanto, também temos dificuldade, por via da mobilidade, de termos mais trabalhadores. -----

Relativamente a questão da psicóloga. A psicóloga é uma profissional liberal. Eu não posso obrigar a psicóloga a trabalhar na Junta a tempo inteiro. A psicóloga tem a sua vida tal como se quiser um médico ou um advogado e, portanto, eu, por acaso, não sei, mas suponho que não será certamente. Não é funcionária pública. Terá o seu consultório onde vê mais doentes, acompanha mais pessoas. Portanto, não é do seu interesse ser psicóloga a tempo inteiro na Junta de Freguesia. Não vou obrigá-la a fazer isso e, portanto, aufere na medida das horas que trabalha na Junta de Freguesia da Penha de França. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada, senhora Presidente. Não registo mais nenhuma inscrição e vou pôr a votação, portanto, faremos duas votações: uma para o orçamento e outra para as grandes opções do plano. Vou pôr a votação o orçamento para dois mil e vinte e três. -----

A Proposta nº40/2022 obteve a seguinte votação: -----

GOP	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	-	-	-	-	1	-	1
Votos contra	-	-	2	-	2	-	2	-
Abstenção	-	3	-	2	-	-	-	-

As Grandes Opções do Plano foram *aprovadas por maioria* -----

Orçamento	PS	CDU	CDS/PP	PSD	BE	Livre	Chega	PAN
Votos a favor	7	-	-	-	-	1	-	1
Votos contra	-	3	2	-	2	-	1	-
Abstenção	-	-	-	2	-	-	-	-

O Orçamento foi *aprovado por maioria* -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Há uma declaração de voto senhora Deputada Lourdes Borges? Do PDS. Faz favor. -----

Deputada Lourdes Borges, do PSD: A bancada do PSD faz aqui uma Declaração de Voto em que irá depositar o voto de confiança na execução deste Orçamento e do Plano de atividades. No entanto, estaremos sempre atentos a toda a documentação que nos irá ser facultada sempre que necessário. Obrigada. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado Neira Nunes, do PS. -----

Deputado Neira Nunes, do PS: Senhora Presidente, em meu nome pessoal, e em nome da bancada do PS, é para desejar a todos os elementos da Assembleia, do Executivo e da Mesa, um Feliz Natal e um Bom Novo Ano. -----

Presidente da Mesa da Assembleia: Muito obrigada, senhor Deputado. Vou pôr à votação a Ata-minuta. Ata em minuta aprovada por unanimidade. Chegamos ao fim. Chegando ao fim desta reunião, queria desejar a todas as senhoras e os senhores Deputados e ao Executivo, aos seus funcionários, uns votos de um santo e doce Natal e um excelente, mas mesmo excelente, dois mil e vinte e três. Ver-nos-emos para o ano. Boas Festas para todos! Muito obrigada. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, deu por encerrada a Sessão, pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por mim, funcionário desta Autarquia, pela Presidente, pelo Primeiro e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia de Freguesia. -----

O Funcionário



Alexandre Ribeiro

**O Primeiro Secretário da Mesa da
Assembleia**

João Carlos Ventura Ramos

**A Presidente da Mesa da
Assembleia de Freguesia**

Maria Luísa Vicente Mendes

**A Segunda Secretária da Mesa da
Assembleia**

Elsa Maria Noura do Sacramento